

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARCELA BORGES MONTEIRO

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NO GERENCIAMENTO DOS CONFLITOS
NO CONTINENTE: NO BURUNDI E SOMÁLIA**

Santana do Livramento

2022

MARCELA BORGES MONTEIRO

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NO GERENCIAMENTO DOS CONFLITOS
NO CONTINENTE: NO BURUNDI E SOMÁLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva
Xavier Schutz

Santana do Livramento

2022

MARCELA BORGES MONTEIRO

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NO GERENCIAMENTO DE CONFLITOS NO
CONTINENTE: NO BURUNDI E NA SOMÁLIA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA

APROVADA EM: 19/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schutz

Orientadora (UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

(UNIPAMPA)

Prof.Dr. Rafael Vitoria Schmidt

(UNIPAMPA)

A minha mãe, por ser minha fã número 1,
minha principal apoiadora e meu maior
exemplo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por me darem a possibilidade de cursar uma faculdade pública e de qualidade e pelo papel importante que tiveram para que eu pudesse concluir os meus estudos, sem vocês essa importante fase da minha vida não seria possível, aos meus irmãos, Erasmo, Vitor e Vitória, pelas vezes que escutaram minhas reclamações e pelo apoio nas horas difíceis.

Agradeço também à Unipampa e aos meus professores pelo conhecimento que me proporcionaram durante a graduação.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos amigos que fiz em Livramento, em especial aos integrantes do The House of Carol Ademir (thca), Anna Mana (minha roommate, não poderia ter escolhido pessoa melhor para ser mãe do Tuquinho), Ana Maria, Bruno, Júlia, Juliana e Manoela, obrigado por terem feito parte da minha história em Santana do Livramento, obrigada por serem minha família longe de casa, pelo apoio de todos esses anos e também pelas nossas brigas que foram essenciais para que a gente se aguentasse tanto tempo, que nossa amizade seja eterna e que a graduação seja apenas um pedacinho das muitas conquistas do nosso grupo.

RESUMO

Desde as primeiras independências africanas nos anos 1960 o continente passa por diversas tensões e, para poder contê-las, os Estados africanos buscam por alternativas para solucionar esses conflitos, e que pudessem superar as disputas externas e internas que eles causam, garantindo a estabilidade e o crescimento dos Estados. Para que a superação pudesse então eventualmente virar realidade foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, com o passar dos anos e as mudanças no sistema internacional, a OUA é substituída e no ano de 2002, dá lugar para uma nova organização, a União Africana (UA). Essa nova organização trouxe junto a si objetivos importantes para a aplicação de missões que levassem a paz, como a possibilidade de atuação em seus Estados-Membros. Para a realização das missões foi idealizado pela União Africana a Arquitetura da Paz e Segurança (APSA), assim a APSA, junto aos seus mecanismos, como a ASF, o APF, o CEWS, o PSC e o POW, que são importantes para que ela possa atuar de maneira eficiente e para o sucesso da União em suas missões de paz. Visto isso, para entender a atuação da União no continente por meio de uma metodologia qualitativa, o trabalho foca em duas missões realizadas pela União Africana, a Missão da União Africana no Burundi no ano de 2003, e na Missão da União Africana para a Somália em 2007, no qual a Somália conta com a atuação da União no país até os dias atuais, mas agora a partir de uma missão de transição.

Palavras-chaves: União Africana, APSA, Burundi, Somália.

ABSTRACT

Since the first independence of Africa's countries in 1960, the continent went through several tensions, because of that, the African States sought alternatives to resolve these conflicts and overcome their external and internal disputes in order to guarantee stability and growth for these new countries. For that to become reality they created an organization seeking solutions for the continent problems and in 1963, the Organization of African Unity (OAU) was created, nonetheless with changes in the international system and their difficulties to guarantee safety a new organization was created, the African Union (AU) in 2002, this new organization had also a new vision to how to deal with the conflicts and created the African Peace and Security Architecture (APSA), the APSA, together with the ASF, the APF, the CEWS, the PSC, and the POW, was a importante instrument on the Union's missions. In order to understand the the African Union operations, it was used in the study a qualitative methodology, and the works focus on two of the Unions missions, the African Union Mission in Burundi (AMIB) in 2003, and the African Union Mission to Somalia (AMISOM) in 2007, in Somalia's case, the Union still have an active mission in the country till the present day, but now it's a transition mission.

Keywords: African Union, APSA, Burundi, Somalia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Guerras na África de 1945 a 2007.....	22
Figura 2 - Mapa dos membros da Organização da União Africana por ano de admissão.....	27
Figura 3 - Mapa das principais operações multilaterais de Paz e Segurança na África.....	35
Figura 4 - Componentes da Arquitetura da Paz e Segurança Africana.....	39
Figura 5 - Composição do Conselho de Paz e Segurança (PSC) da União Africana de 2004 - 2018.....	43
Figura 6 - Membros do Painel dos Sábios 2008 - 2013.....	46
Figura 7 - Membros do Painel dos Sábios 2014 - 2022.....	47
Figura 8 - Forças implantadas de 2007 - 2013.....	66
Figura 9 - Mapa político da Somália.....	68

LISTA DE SIGLAS

AMIB - African Union Mission in Burundi.

APSA - Arquitetura da Paz e Segurança Africana.

APF - Fundo Africano para a Paz.

ARS - Aliança para Re-libertação da Somália

ASF - Força Africana de Pronto Emprego.

ATMIS - Missão de Transição da União Africana na Somália

CADSP - Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e
Segurança da União Africana na Política Comum de Defesa
E segurança Africana

CCM - Comissão Conjunta de Cessar-Fogo

CEWS - Sistema Continental de Alerta Antecipado

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSSDCA - Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento,
e Cooperação na África

DDR - Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

EUA - Estados Unidos da América

EU - European Union

FAB - Burundi Armed Forces

FROBEDU - Front pour la Démocratie au Burundi

IGAD - Intergovernmental Authority on Development

MINUSCA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a
Estabilização da República Centro-Africana

MSC - Military Staff Committee.

MNJTF - Força Tarefa Conjunta Multinacional

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

ONOSUM - Operação das Nações Unidas da Somália

ONU - Organização das Nações Unidas.

OUA - Organização da União Africana.

PALOP - Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

PCASD - Política comum africana de Segurança e Defesa.

POW - Painel dos Sábios

PSC - Conselho de Paz e Segurança.

UPRONA - Union pour le Progrès National

RRA - RahanWeyn Resistance Army

SDA - Somali Democratic Alliance

SDM - Somali Democratic Movement

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

SMG - Somali Manifest Group

SNM - Somali National Movement

SPM - Somali Patriotic Movement

SSDF - Somali Salvation Democratic Front

TFG - Governo Federal de Transição

TGoB - Governo de Transição no Burundi

TNG - Governo de Transição da Somália

UA - União Africana.

UAM - Union Africaine et Malgache

UIC - União das Cortes Islâmicas

UNISFA - Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei

UNITAF - Força Tarefa Unificada

UNSC - United Nations Security Council.

USC - United Somali Congress

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ANTECEDENTES A CRIAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA.....	16
2.1	Origens dos conflitos.....	16
2.2	Conflitos Africanos.....	21
2.3	A Organização da Unidade Africana.....	25
2.4	A União Africana.....	31
3	CONSTRUÇÃO DA UNIÃO AFRICANA.....	36
3.1	A Arquitetura da Paz e Segurança pela UA.....	36
3.2	Conselho de Paz e Segurança (PSC).....	41
3.3	O Painel dos Sábios (POW).....	44
3.4	Fundo Africano para a Paz (APF).....	48
3.5	Força Africana de Pronto Emprego (ASF).....	50
3.6	Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS).....	52
4	A UNIÃO AFRICANA E A SUA ATUAÇÃO.....	53
4.1	O Burundi	54
4.2	A AMIB	58
4.3	A Somália.....	61
4.4	A Amisom.....	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	77

1.INTRODUÇÃO

A história do continente africano está marcada pelos seus diversos conflitos políticos e étnicos, ficando cada vez mais evidente com as conquistas da independência no século XX. Essas independências são conflituosas, e marcadas por disputas e golpes de estado, devido a isso, a busca por uma ideia de união entre esses países ficam cada vez mais perceptível, sendo visto em suas junções em grupos, como no caso de Casablanca e Brazzaville e, também, pelas ideias do Pan-Africanismo.

Na tentativa de cooperação é que, em 1963, nasceu a Organização da Unidade Africana (OUA) para apaziguar e evitar novos conflitos no continente, ela trouxe junto a si objetivos como a integridade territorial e o aumento da cooperação entre os seus Estados-Membros para que se estabeleça unidade entre eles. A OUA também teve um papel importante na defesa do pan-africanismo, e de combate ao colonialismo e ao Apartheid, todavia, ela tinha uma perspectiva estatal e não supranacional, e de respeito a soberania e integridade, isso dificultava a atuação da Organização em alguns aspectos, porque ela não poderia interferir nos assuntos domésticos dos seus Estados-Membros.

Com o final da Guerra-Fria e a mudança no sistema internacional, a OUA, que já enfrentava dificuldades para conter as crises e conflitos, se vê em uma situação ainda mais crítica, e abre espaço para a idealização de uma nova organização que pudesse melhor atender os interesses dos Estados. E é com isso que, nos anos 2000, ela deixa de existir para dar lugar a sua sucessora, a União Africana.

A União Africana vem com novas ideias para enfrentar os desafios do continente, usando da Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA), e dos mecanismos criados por ela como, o Conselho de Paz e Segurança (PSC), e a Força Africana de Pronto Emprego (ASF), para atuar de maneira eficaz. Além da criação de mecanismos que levassem à paz com a APSA, a União conta com um diferencial da sua antecessora, sendo o diferencial a possibilidade de atuar em seus Estados-Membros. Dessa maneira, a sua primeira missão, a Missão da União Africana no Burundi (AMIB) em 2003, embora curta, é o pontapé inicial de como a União vai lidar com essas crises nos anos seguintes. No caso da Somália, a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) em 2007, passa de uma missão de estabilização que daria lugar a uma missão da ONU, para a principal, essa é a

missão mais longa da União e dura cerca de 15 anos, deixando de existir apenas em 2022 para dar lugar para uma missão de transição, a ATMIS.

Dessa maneira, usando como metodologia uma pesquisa de abordagem qualitativa, o trabalho buscou por compreender a importância da criação da União Africana na solução dos conflitos no continente africano, para isso o trabalho tem como objetivos; entender a criação da União Africana, e a atuação da UA no gerenciamento de conflitos, entender o papel da Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA), e dos mecanismos que são criados a partir da APSA no gerenciamento desses conflitos. Para que fosse possível chegar nesses objetivos, usou de duas atuações da União, sendo elas, a atuação da União Africana no Burundi em 2003, e na Somália em 2007.

A criação de uma nova organização no começo do século XXI, é importante pela necessidade dos Estados em ressignificar a organização anterior, a OUA, levando em conta o cenário internacional de pós Guerra-Fria, além do mais, ela é importante para uma maior integração entre os Estados do continente, no qual essa integração regional atue como alternativa para a posição marginal que os Estados ocupam, e que a partir de uma maior cooperação entre os Estados seja possível a superação dos seus problemas semelhantes, ademais, é importante também para que seja possível entender a atuação de uma organização que foi pensada e criada especificamente para enfrentar os problemas do continente africano.

Visto isso, para que os objetivos possam ser atingidos, o trabalho trouxe no primeiro capítulo um histórico de como surgem alguns desses conflitos, além disso, ele também discorre sobre o pós independência e a criação da Organização da Unidade Africana como solução para os problemas que assombram o continente na segunda metade do século XX, e como ela deixa de existir para dar lugar a uma nova organização, a União Africana criada em 2002. No segundo capítulo apresenta a criação da Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA), e de seus mecanismos para atuação nos conflitos, como, o Conselho de Paz e Segurança (PSC), a Força Africana de Pronto Emprego (ASF), o Fundo Africano para a Paz (APF), o Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS), e o Painel dos Sábios (POW). No terceiro, e último capítulo, apresenta como foi APSA na prática, trazendo dois casos, primeiro a missão da AMIB no Burundi em 2003, essa a primeira missão da UA após a sua criação em 2002, e depois o caso da Somália com a AMISOM,

essa sendo a atuação mais longa da União em um Estado-Membro, a qual durou 15 anos.

2. ANTECEDENTES A CRIAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA

Os Estados africanos enfrentaram diversas dificuldades em sua história, entre elas, está a dificuldade na consolidação da paz e da segurança dentro do continente, dessa maneira, a criação da União Africana vem como forma de resolução para esse problema através da Segurança Coletiva. À vista disso, esse capítulo busca mostrar historicamente alguns dos conflitos, e a tentativa da manutenção da paz, que levou primeiramente a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, e que ao falhar em sua tentativa de unidade africana deu lugar para a União Africana no começo do século XXI, no ano de 2002.

2.1. ORIGENS DOS CONFLITOS

O início da construção dos Estados africanos ocorreu com a independência desses Estados, sendo assim, boa parte nos anos 1960. Além disso, a forma como a independência foi concedida manteve algumas regalias aos europeus em relação ao continente. Sabendo disso, Visentini, Ribeiro, Pereira (2013), mostrou que embora as independências ocorram de forma relativamente controlada, guerras civis como do Congo e da Argélia, tem um impacto forte no continente, do mesmo modo que os regimes racistas da África Austral, que deveriam evitar a ascensão de governos negros, foram responsáveis por produzir conflitos armados que se prolongaram até os anos 1990. Dessa maneira, ao tentar entender África, deve começar pelo legado deixado pelo colonialismo e pela luta pelo fortalecimento de uma efetiva soberania interna (PINTO, 2008).

O início do período independente dos países africanos devido à tentativa de utilizar os modelos políticos europeus, foi caracterizado por um temporário pluralismo político, herança do final da colonização (M'BOKOLO, 2009, apud, ANDRIOTTI, [s.d]). A independência das colônias mostrou a falta de uma identidade comum, e essa falta de identidade tem como raiz a maneira que se deu a formação desses Estados, uma vez que suas fronteiras foram criadas artificialmente por seus colonizadores ignorando as diferenças entre os povos que ali habitam anteriormente

à colonização. Pinto (2008), aponta a preocupação em relação à formação da identidade africana.

A preocupação com a construção de uma identidade africana, seja estatal ou continental, emerge junto com as lutas de independência. É neste momento de definição da ameaça e busca de unidade contra o inimigo comum que a identidade começa a ser objetivo de discussão. Por algum tempo as etnias conseguiram colocar suas rivalidades de lado para se concentrarem na tarefa de livrar o território dos estrangeiros colonizadores.

Esta unidade, ainda que frágil, foi fomentada pelo movimento pan-africano que já vinha desenvolvendo desde o início do século. Embora o movimento pan-africano tenha sido repleto de avanços e retrocessos, foi o impulso inicial para os debates a respeito da identidade africana. (PINTO, 2008, p.222)

Ainda que a divisão entre os Estados africanos seja de origem colonial, as transformações das suas fronteiras coloniais como Estado independente não ocorrem sem objeções. De acordo com Dopcke (1999), as objeções partem de mais de uma perspectiva, em relação a perspectiva nacionalista, nela a forma que ocorre a delimitação fronteiriça é contrária ao interesse da população, isso acontece porque em diversas vezes alguns povos se encontram divididos etnicamente pelas fronteiras, em contrapartida, uma outra visão é a que favorece a preservação das federações coloniais francesas na África, essa é contra a “fragmentação” dos Estados, e por último, a tradição pan-africanista da unidade africana, ela tem a sua luta pautada na superação da divisão política do continente e é pro a União dos Estados onde as fronteiras existiriam para divisões administrativas internas.

Com o final dos anos 1950, e a chegada dos anos 1960, o Pan-africanismo entrou em uma nova fase e, esses anos são caracterizados por muita volatilidade, insegurança, tensão, múltiplas competições e ameaças à segurança de Estados individuais. Não apenas isso, mas essa época é marcada pelo crescimento de dois grupos diante aos desafios étnico-cultural, econômicos e políticos, desafios esses que realçam ainda mais as divisões entre Casablanca e Monróvia (ou Brazzaville). O grupo de Casablanca teve sua primeira reunião em 1961, que resultou na Carta de Casablanca.

Nós, chefes de Estado africanos, nos reunimos em Casablanca de 3 a 7 de janeiro de 1961, conscientes das nossas responsabilidades para com o continente Africano. Proclamamos a nossa determinação de fazer triunfar as liberdades em toda a África e de alcançar a sua unidade. Afirmamos nossa vontade de manter e consolidar uma unidade de visão e

ação nos assuntos internacionais para proteger a independência, soberania, e integridade territorial conquistada de nossos Estados.
(CARTA DE CASABLANCA, 1961, tradução nossa)¹

Além do mais, a carta reafirma a fé na Conferência de Estados Africanos Independentes que foi realizada em Accra, no ano de 1958, em Addis Abeba. Na conferência se discutiu a eliminação de barreiras aduaneiras e outros obstáculos ao comércio dos Estados, assim como a conclusão de acordos multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas econômicas e lutar pela criação de um mercado comum (BANZE, 2020). Outrossim, a carta também discute sobre o desejo de libertação dos territórios africanos que ainda se encontram no domínio dos estrangeiros, de maneira que o colonialismo seja exterminado do continente, e ressalta a necessidade do uso de uma política econômica e social que visasse beneficiar o povo.

Proclamamos o nosso desejo de libertar os territórios africanos ainda sob domínio estrangeiro, prestar ajuda e assistência, liquidar o colonialismo e o neocolonialismo em todas as suas formas, desencorajar o estabelecimento de tropas e bases estrangeiras que ponham em perigo a libertação da África e também trabalhar para livrar o continente africano da intervenção política e da pressão econômica.

Proclamamos a necessidade de os Estados africanos independentes orientarem a sua política econômica e social no sentido da exploração da riqueza nacional em benefício dos seus povos e de assegurar uma distribuição equitativa.

(CARTA DE CASABLANCA, 1961, tradução nossa)²

Os Estados que formavam Casablanca possuem uma postura mais radical, tanto interna, quanto internacionalmente, dessa forma, pode se dizer que eles rejeitavam a influência das ex-colônias e para que isso se torne possível buscavam pela unidade africana. Ademais, a defesa da dissolução das fronteiras herdadas

¹ Nous, Chefs d' Etats Africains réunis à CASABLANCA du 3 au 7 Janvier 1961, conscients de nos responsabilités À l' égard du Continent Aficain. Proclamons notre détermination de faire triompher les libertés dans toute l' Afrique et de réaliser son unité.

Affirmons notre volonté de conserver et de consolider une unité de vue et d' action dans les affaires internationales pour sauvegarder l' Indépendance chèrement acquise, la souveraineté et l' intégrité territoriale de nos Etats.

² Proclamons notre volonté de libérer les territoires africains encore sous domination étrangère, de leur prêter aide et assistance, de liquider le colonialisme et le néo-colonialisme sous toutes leurs formes, de décourager l' établissement des troupes et de bases étrangères qui met en danger la libération de l' Afrique, et nous employer également à débarrasser le continent africain de les interventions politiques et de pressions économiques.

Proclamons la nécessité pour les Etats africains indépendants d' orienter leur politique économique et sociale dans le sens de l' exploitation des richesses nationales au profit de leurs peuples et d' en assurer une distribution équitable entre tous les nationaux.

pelos seus colonizadores e a criação de uma federação dos Estados africanos eram propostas que segundo esse grupo os tornam mais resilientes diante a manutenção dos interesses coloniais dentro do continente e isso também seria responsável para que a África se transformasse em um ator importante mundialmente (ALVES; CISSÉ, 2021; DOPCKE, 1999). Em contrapartida, os Estados de Brazzaville seguiam uma política colaboradora, ela se baseava em laços políticos, culturais e econômicos com a França e as novas classes dirigentes no continente, assim, a elite buscava a continuação de uma presença e influência francesa no continente e aspirava trocar esse alinhamento com a França por cooperação e assistência financeira. A questão do status quo referente às fronteiras coloniais, aprofunda a divisão dos grupos Casablanca e Brazzaville, e desses dois grupos um ponto importante para o seu desacordo é a política sobre a crise do Congo e a da luta armada pró independência da Argélia, mas, atrás dessas divergências aparentes na política, existem diferenças mais profundas sobre o caráter da inserção internacional dos novos Estados africanos e sobre suas relações com as ex-potências coloniais (DOPCKE, 1999).

É necessário ressaltar que com a junção de alguns Estados, como a Libéria e a Nigéria à UAM (Union Africaine et Malgache) formando o grupo de Monróvia, esse integrado pela República do Congo Brazzaville, Senegal, Etiópia, etc, deixam os Estados radicais mais isolados (ALVES; CISSÉ, 2021; DOPCKE, 1999), e a derrota desses conceitos radicais de busca pela unidade africana tradicionalmente por parte do pan africanismo, vem com a fundação da OUA em 1963, isso porque essa traz a institucionalização do status quo territorial entre os Estados (DOPCKE, 1999)

Segundo Pinto (2008), a formação da OUA, ocasionou a rejeição de uma revisão das fronteiras coloniais, e o suporte para a manutenção dessas fronteiras ajudou que se inibisse diversos movimentos nacionalistas, entretanto, não é o suficiente para impedir todas as instabilidades que vieram a ser transformadas em guerra civil, como é o caso do Sudão.

Os problemas enfrentados no continente, embora possam ter sua própria dinâmica ou complexidade, também possuem raízes comuns e podem abranger diferentes fatores como econômicos, sociais, políticos, culturais ou/e históricos. Os conflitos para o Estado influenciam de forma direta na sua sociedade, e isso se dá porque o atinge tanto de maneira socioeconômica quanto política, logo, influenciando no desenvolvimento, ou não, da sociedade. Sendo assim, Acosta

(2011), vai falar sobre como o conflito não se entende apenas pelas ações violentas entre Estados, grupos étnicos, etc.

O conceito de “conflito” entende não apenas as ações violentas entre Estados, grupos étnicos, classes sociais, etc. Esta ideia é essencial, na mesma medida que a imposição de mecanismos e econômicos e fórmulas políticas-baseadas em outras; nesse caso, colonialismo. (ACOSTA, 2011, p.47 tradução nossa).³

É possível ressaltar então a necessidade da estabilidade para que ocorra o avanço dentro da sociedade, seja ele político ou socioeconômico, porque sem a estabilidade é impossível manter condições para o crescimento, ainda mais ao observar os países mais pobres, que são os mais afetados. Ao falar especificamente dos Estados africanos.

[...] nossos conhecimentos sobre as causas e dinâmicas dos conflitos africanos é muito escasso. Se limita a certos tipos de análises que estão cheias de estereótipos e simplificações. Desta forma, se distorce a realidade e se selecionam alguns aspectos da mesma e se ocultam outros por exemplo determinadas responsabilidades de africanos e outros atores externos. E com isso, de forma consciente ou não, se legitima certas ações políticas. (DUFFIELD apud ACOSTA, 2011, p.54, tradução nossa)⁴

A questão étnica é um fator determinante em diversos conflitos africanos, mas ele não é o único fator determinante quando se fala de conflitos no continente, outros fatores a serem considerados são; a disputa pelos recursos naturais (visto a abundância de matéria prima dentro do continente), e a questão fronteiriça, pois a África foi constituída em bases territoriais muitos mais do que nacionais visto que a diversidade de grupos étnicos prejudicava a formação de uma nação culturalmente homogênea (PINTO, 2008). Outro fator importante que está relacionado a causa de conflitos é o econômico, esse faz presença não apenas no continente africano, mas no mundo, entretanto, quando se fala de África, ele é um ponto importante que pode ser apontado como gerador de conflitos, isso porque uma economia que se encontra

³ “El concepto de “conflicto” comprende no solo las acciones violentas entre Estados, grupos étnicos, clases sociales, etcétera. Esta idea es esencial, en la misma medida en que la imposición de mecanismos económicos y de fórmula de políticas-en función de otros; en este caso, el colonialismo-

⁴ [...] nuestro conocimiento sobre las causas y dinámicas de los conflictos africanos es muy escaso. Se limita además a ciertos tipos de análisis en los que abundan los estereotipos y las simplificaciones. De esta forma se distorsiona la realidad, se seleccionan algunos aspectos de la misma y se ocultan otros, por ejemplo, determinadas responsabilidades de africanos y otros actores externos. Y con ello, de forma consciente o inconsciente, se legitiman determinadas acciones políticas.

em decadência tende a ter suas situações de tensão agravadas, e ele se torna motivador para que os Estados criem novos conflitos ou continuem os existentes. Dessa maneira, a existência de conflitos e dos problemas que agravam eles são grandes motivadores para criações de grupos que buscam através da cooperação trazer soluções para as tensões que assombram o continente, e mesmo que a formação desses grupos tragam soluções diferentes para o problema, ainda assim são importantes para futuramente a idealização e a criação de organizações que tenham um bem comum que é gerar estabilidade aos países africanos e com isso o fim dos conflitos no continente.

2.2. CONFLITOS AFRICANOS.

O continente Africano é marcado por diversos conflitos durante sua história, sejam eles por razões internas ou externas, desses conflitos, diversos vão estar ligados a grandes acontecimentos como o pós Segunda Guerra Mundial, assim como Andriotti (2013), pontua.

Na segunda metade da década de 1970, o interesse de ambas as potências pela África cresceu rapidamente. Três fatores, interconectados vão dirigir tais mudanças na conjuntura africana nesse período da Guerra Fria. O primeiro fator é que, nesse período, se dão as independências tardias, principalmente das colônias portuguesas, e as consequentes revoluções nacionalistas e emancipacionistas. O segundo fator é o EUA, desgastados pela Guerra do Vietnã e pelos seus exorbitantes gastos militares, decidem lançar mão da Doutrina Nixon. (ANDRIOTTI, 2013, p.109)

Com a chegada dos anos 1970, a URSS tem um papel mais ativo dentro do continente e passa a ter mais colaboração de países africanos com os soviéticos, em principal no fornecimento de armas e nos movimentos revolucionários, ainda

nessa época, podemos ver também a presença tanto dos Estados Unidos quanto da URSS nas emancipações de colônias portuguesas e de outros conflitos.

Ao se referir aos conflitos, acerca de definição, Santos (2011), os separa em; interestatais, extraestatais, intraestatais e não estatais. Dessas, suas classificações segundo Santos (2011), seriam; guerras interestatais, aquelas que envolvem dois estados antagonistas, na qual dois possíveis exemplos desse tipo de guerra são, a Guerra Ugandesa-Tanzânia (1978/1978), e a Guerra da Angola de 1975/1976, com Angola e Cuba contra a África do Sul e República Democrática do Congo. As extra-estatais, com o Estado combatendo além de sua fronteira, como Guerra de Independência do Marrocos de 1953 a 1956, e Guerra Moçambicano-Portuguesa de 1964 a 1975. As intraestatais, e a mais comum no continente, é travada por forças armadas dentro da fronteira, como a Primeira Guerra do Sul do Sudão de 1963 a 1972, e a Primeira Guerra de Uganda que ocorreu em 1966. Por fim, as não estatais, ela é a forma de conflito menos comum no continente e como exemplo temos a Revolução Social de Ruanda que ocorreu entre 1959 a 1962.

Os conflitos citados nas definições de guerra anteriormente são apenas alguns dos que aconteceram no continente durante o século XX e XXI, segundo Santos (2011), aconteceram cerca de 81 guerras dentro do continente africano entre o final da Segunda Guerra Mundial e o ano de 2007, assim como consta na Figura 1.

Figura- 1 Guerras na África 1945 á 2007.

Categoria	Quantidade	Percentagem
Interestatais	6	7,40%
Extraestatais	10	12,30%
Intraestatais	62	76,50%
Não estatais	3	3,70%

No que tange os conflitos não estatais, esses se resumem apenas em três, e são eles: A Revolução Social de Ruanda (1959 a 1962), a Guerra de Guerrilha de Angola (1974 a 1975) e a Guerra Hema-Lendu (1999 a 2005).

Em suma, podemos dizer que a instabilidade regional em África, traduz-se atualmente numa forma de conflitos e guerras intraestatais, representando uma tensão de longos anos (BERNARDINO, 2008). Além disso, de acordo com Santos (2011), as guerras intraestatais só passaram a ocorrer após a constituição dos novos Estados africanos. No caso da África Subsariana, os conflitos podem possuir diversas características, em especial pela concentração de guerras pela independência e movimentos de libertação.

Há diversos fatores determinantes e formas violentas e não violentas de conflito na África Subsariana, no qual o conflito étnico é fator importante quando se fala de conflitos. Entretanto, existem outros fatores que também estão no centro de atritos, de ações desestabilizadoras e dos conflitos armados pelos militares: as contradições sobre o poder e os problemas de fronteira. Na qual a África Orienta-Central é um exemplo. (ACOSTA, 2011, p. 217, tradução nossa)⁵

Pensando de maneira cronológica sobre os períodos de conflito na África Subsariana, segundo Bernardino (2008), embora a maior parte dos conflitos intraestatais ocorram no período de descolonização, ocorre um impulso nos anos 1980, e pode ser observado como um causador desse impulso o declínio econômico que ocorre na década de 1970, no qual, as ruínas dos mercados e também dos bens disponíveis para consumo, foram os aspectos que marcaram na vertente econômica, a nova ordem pré-colonial da região (BERNARDINO, 2008), ele também é um agente contribuidor para a instabilidade da economia e do Estado.

Com o surgimento de outros atores com outros objetivos, inovadoras técnicas e formas de gerar o medo e com outras fontes de financiamento (diamante, petróleo, tráfico de droga e de armamento, etc), criou uma maior complexidade e abrangência à conflitualidade (BERNARDINO, 2008). Com essa nova complexidade sobre os conflitos da África Subsariana, se pensa cada vez mais na maneira de gestão

⁵ Muchas han sido las condicionantes y formas violentas -y no violentas- de conflictos en África Subsahariana, aunque siempre se ha sobredimensionado el de carácter étnico. Existen dos factores que han estado en el centro de las fricciones y acciones desestabilizadoras y conflictos de corte militar-armados: las contradicciones por el poder y los problemas fronterizos. La región de África Centro-Oriental es un ejemplo de ello.

desses conflitos, em principal, o pensamento em uma forma de prevenção e de solução, isso porque os conflitos armados africanos são extraordinariamente complexos e multicausais, por isso, qualquer análise deve evitar visões simplificada e estereotipada (ACOSTA, 2011, tradução nossa)⁶.

Ao explicar as narrativas da guerra, Acosta (2011), as separa em três; em primeiro lugar, o novo barbarismo, que seriam os conflitos anárquicos, selvagens e irracionais, no qual diferentes tribos, por questões étnicas, tem o objetivo de exterminar o outro, essa narrativa também reforça a noção de uma África selvagem e violenta; a segunda seria o subdesenvolvimento como a causa dos conflitos armados, o qual pode ser ligado a fatores internos como o crescimento da pobreza e a corrupção das elites, ou também por fatores externos, como o colonialismo; e a terceira entende que os conflitos bélicos seriam a resposta de algumas elites políticas a integração desigual na economia mundial.⁷

Com a segunda metade dos anos de 1980, as consequências dos conflitos africanos, da nova Guerra Fria e da reestruturação da economia mundial continuavam a agravar a situação do continente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013), com isso a URSS e aqueles que eram seus aliados se viam em uma posição cada vez mais difícil. Com o fim da Guerra Fria a África tem que se adequar aos parâmetros da Nova Ordem Mundial, mas isso não significou a solução dos problemas que já existiam. Segundo Visentini, Ribeiro, Pereira (2013), o fim da bipolaridade e do próprio conflito Leste-Oeste, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da União Soviética em 1991, fez com que o continente africano perdesse parte da sua importância estratégica e devido a isso, a sua capacidade de barganha, o resultado foi uma maior marginalização da África no sistema internacional, bem como a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

O fim da Guerra Fria, que trouxe a pacificação de alguns conflitos da África Meridional, no Golfo da Guiné produziu algumas das guerras civis mais sangrentas da história do continente (Libéria e Serra Leoa). O conflito da região que apanhou a opinião internacional desprevenida tinha fundamentos sociais, culturais, políticos e econômicos semelhantes, e o fato de terem ocorrido simultaneamente não foi acidental.
(VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013, p.152)

⁶ Como se ve, los conflictos armados africanos son extraordinariamente complejos y multicausales, por lo que cualquier análisis debe huir de simplificaciones o estereotipadas visiones.

⁷ Classificação de ACOSTA, 2011, p.459-460, sobre três narrativas que explicam as guerras africanas e as suas causas.

De maneira que se possa entender o tamanho do problema e do impacto desses conflitos para o continente, segundo Santos (2011), aproximadamente 90% das mortes em guerras na década de 1990 ocorreram em solo africano, desses é possível de trazer que há um grande número de civis que são afetados, sejam eles de maneira direta, como por exemplo, por um massacre, ou indiretamente, como uma consequência da situação que é gerada, como por doenças que não se conseguiu tratar ou até mesmo a fome.

O cenário de tensão, fome e doenças são agravados conforme os conflitos se estendem e os Estados precisam procurar juntos maneiras de contornar a situação e garantir a estabilidade e é com esse pensamento que tem a idealização e a criação de uma instituição que pudesse buscar por soluções, essa busca leva primeiramente a construção da Organização da Unidade Africana (OUA) e mais tarde no próximo século é a causadora da idealização de uma outra organização, essa sendo a União Africana.

2.3. A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA.

A construção da solidariedade econômica e militar tem sido um processo lento e cheio de percalços, mas constante. Qualquer busca de entendimento a respeito do regionalismo deve começar pelo legado deixado pelo colonialismo (DIALLO, 2005) e pelo entendimento da sua luta pela soberania. Com as lutas para a independência após a Segunda Guerra Mundial, o pan-africanismo se transforma em ideologia pró libertação do continente africano, todavia, com a chegada dos anos 1960, e assim ocorrendo a estabilização de diversos Estados independentes, o pan africanismo, como força de integração nacional, buscou pelo estabelecimento de unidade política, econômica e cultural dentro do continente, e a criação dos Estados Unidos da África. O objetivo último era a fundação dos Estados Unidos da África, que poderiam fazer do negro um ator no cenário mundial (DIALLO, 2005).

Com a entrada da década de 1960, esses Estados recentemente independentes se encontram divididos em grupos, sobre essa divisão, Santos

(2011), então vai falar sobre duas grandes questões que os dividem, e elas seriam: a libertação do continente dos resquícios do domínio europeu e a sua repartição territorial.

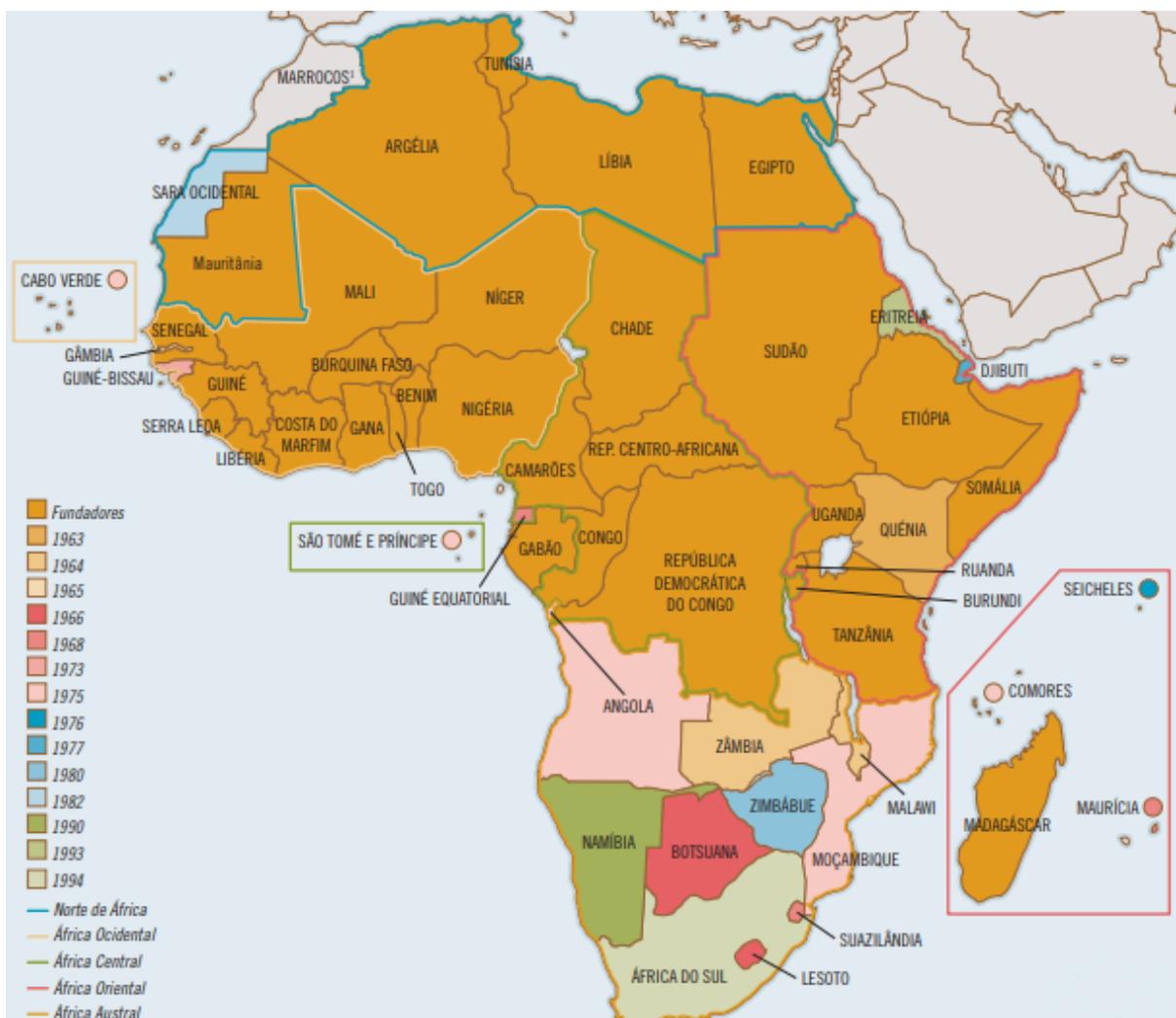
Duas grandes questões dividiam os países africanos: a libertação do continente dos resquícios do domínio europeu e a sua repartição territorial. Embora houvesse consenso na oposição ao império português e aos regimes de minoria branca na África Austral, a questão da guerra de libertação então em curso na Argélia separava o bloco de Casablanca, que favorecia os anseios de independência argelinos, do de Brazzaville, que não desejava antagonizar a França. A guerra civil do Congo, no início da década também ensejou desavenças com relação ao apoio prestado às várias facções naquele conflito (SANTOS, 2011, p.46)

O surgimento das primeiras independências africanas é marcado por disputas de recursos, gerando conflitos entre esses Estados, dessas disputas podem ser citadas a guerra civil sudanesa e também a crise do Congo, as duas conceberam um número significativo de mortos e refugiados. Além do mais, as origens da criação de um organismo unitário no continente remetem aos ideais do pan-africanismo, que impulsionaram os movimentos de libertação do colonialismo principalmente a partir do pós-guerra (DIALLO, 2005).

Ademais, a sua frágil independência junto ao surgimento de conflitos violentos, como no Congo e na Argélia, e de reivindicações territoriais como marroquina, são pontos que ameaçavam a sua independência. Na idealização da criação de uma organização para frear essas crises, se deparamos com dois pensamentos distintos, por um lado os progressistas pregam a busca pelo pan-africanismo como Nkrumah almeja, com esse pensamento trazendo a criação do Estados Unidos da África, o qual seria soberano aos Estados. Por outro lado, o outro grupo defende uma ideia que reforçava a necessidade da soberania africana e de suas fronteiras e da independência dos Estados, e com isso, pregava a necessidade de uma Organização da Unidade Africana, a qual teria representação de cada Estado soberano (DIALLO, 2005; VISENTINI; RIBEIRA; PEREIRA, 2013).

Mesmo com tantas diferenças entre eles e com as dificuldades visto as crises que esses países se encontravam, a partir dos 30 Estados independentes surge a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em maio de 1963.

Figura 2- Mapa dos membros da Organização da União Africana por ano de admissão.



Fonte: Janus (2010, p. 123)

Quanto ao surgimento dessa nova organização, Escosteguy (2011), fala um pouco sobre a sua ambiciosa agenda quanto à inclusão na coordenação de esforços nos campos, como economia, saúde, etc.

A agenda da nova organização era ambiciosa, ao incluir a coordenação de esforços nos campos, entre outros, da economia, educação, saúde, ciência e defesa. Na prática, diante do intervencionismo das grandes potências que vigorava naquele período, a OUA notabilizou-se pela integridade territorial da descolonização, da soberania, dos princípios e da não intervenção. (ESCOSTEGUY, 2011, p.29)

Um dos objetivos da organização era a promoção de uma unidade dos Estados africanos, dessa forma, se erradicando o colonialismo, além de proporcionar fundações para a existência da cooperação pacífica. Algumas das iniciativas da OUA relativas à defesa da integridade foram reconhecidas como exitosas (ESCOSTEGUY, 2011), sendo a Guerra Civil da Nigéria um exemplo dado seu papel de apoio para que se houvesse preservação do território, além do mais, a OUA teve também um papel importante para a aceleração das descolonizações dentro do continente africano, com suas longas campanhas e apoio sobre o assunto.

Com a construção da OUA, pode ser apontada como alguns de seus objetivos; a solidariedade entre os Estados africanos, integridade territorial e independência, cooperação internacional com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a defesa do pan-africanismo, e combate ao apartheid e ao colonialismo, para a realização desses objetivos, contava com a cooperação política e econômica dos Estados-membros. A organização visava também incrementar a cooperação entre esses Estados-Membros para estabelecer a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos, assim, podendo defender a integridade territorial, a independência e a soberania de seus membros, que como citado acima é um dos objetivos da organização (DIALLO, 2005; VISENTINI; RIBEIRA; PEREIRA, 2013).

Para garantir o seu funcionamento a organização era formada por uma Assembleia de Chefes de Estado, uma comissão de Mediação Conciliação e Arbitragem, um Secretariado, e se criou também um Comitê de Libertação Nacional, e esse último comitê daria assistência para movimentos que buscavam a independência em países que ainda sofriam com a colonização.

Seus princípios, todavia, buscavam uma perspectiva estatal e não uma supranacional, ou seja, não interferir em assuntos internos de seus Estados membros, porque buscava o respeito pela sua soberania, e pela sua integridade, como dito na Carta da Organização da Unidade Africana, com a defesa da soberania e integridade territorial e independência dos Estados-membros, com a igualdade soberana e interdependência dos Estados Membros da União, e a proibição do uso da força ou da ameaça do uso da força entre os Estados Membros.

Dessa maneira, a criação da OUA, cria o sistema de Estados Africanos, mas esse sistema se via limitado em algumas ações pelas elites governamentais. Além do mais, ao optar pelo uso da não intervenção, se barra a possibilidade de ação da

Organização da Unidade Africana sobre diversos conflitos, mostrando que a OUA não demonstrou desenvoltura, no entanto, na construção de uma arquitetura institucional voltada para a segurança (ESCOSTEGUY, 2011), fazendo com que a estrutura que foi criada para a OUA, não fosse o suficiente para a resolução de problemas relacionados à segurança no continente e, que iriam piorar com o final da Guerra Fria e a propagação de conflitos em alguns países no continente, como no Burundi, Somália e Ruanda

Com a chegada dos anos 1990, e a situação de instabilidade no continente, é necessário refletir sobre o papel da atuação da OUA, e a sua abordagem sobre a paz e a segurança. Na África subsaariana, por exemplo, os países se viam em situações de guerra e/ou de colapso do Estado, diante disso, se trouxe um discurso de regeneração continental, e essa “regeneração continental” ressalta a necessidade do abandono do enfoque de soberania que a Organização da Unidade Africana trazia.

Diante dessas instabilidades, ocorre a Assembleia da Organização em Campala, em 1991, e por proposta do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, se realiza uma Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África em 1992, essa trouxe a criação de um Mecanismo que pudesse contar com a Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos, levando a aprovação da criação do Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, ele fica responsável pela previsão e prevenção de conflitos armados, assim como a mediação durante esse tipo de conflito. Já em 1994, formalizou um instrumento associado, o ‘Fundo da Paz’, tornada o braço operacional do Mecanismo, à Divisão foi dada a responsabilidade de desenvolver políticas e coordenar todas as actividades necessárias ao apoio do Mecanismo (PORTO, [s.d])

A criação desse mecanismo, porém, não levava em conta a situação interna de seus Estados membros que, em alguns casos, utilizavam práticas anti-democráticas e violação de direitos humanos.

Por conseguinte, incapaz de se envolver quando os indicadores de alerta antecipado se acendiam, a intervenção da OUA foi tradicionalmente post-facto, limitada e dependente de uma forma excessiva da autorização ou convite do Estado membro em questão. A falta de um reconhecimento claro, por parte da OUA e dos seus Estados membros, de uma ligação intrínseca entre a boa governação, a democracia e os direitos humanos, e a preservação de conflitos reduziu substancialmente a capacidade da Organização de tomar medidas imediatas e decisivas para evitar a emergência de conflitos armados (PORTO, [s.d], p.6)

Com a década de 1990, embora com alguns acontecimentos importantes, como o acordo de paz em Angola e o fim do Apartheid, ainda é possível ver diversos conflitos no continente, e as tentativas da OUA de apaziguamento não são suficientes, com isso, se depara cada vez mais a necessidade de reformulação na sua estrutura, ainda mais considerando que com metas tão amplas num continente tão complexo e com grande número de Estados, durante as quase quatro décadas de sua existência a OUA teve uma ação restrita e deficiente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Os conflitos na África são normalmente resultado da conjugação de uma série de fatores distintos e cada um tem suas características próprias (SANTOS, 2011).

A exigência de de buscar-se 'soluções africanas para problemas africanos' resultaria em uma inversão de responsabilidade, na qual o fardo da manutenção da paz e segurança seria largados no ombros de organizações desprovidas dos meios necessários. O resultante desdobramento de missões precárias contribuiria para minar a credibilidade da manutenção da paz (ESCOSTEGUY, 2011)

Dessa maneira, pode ser concluído que, embora tenha ocorrido tentativas de adotar uma postura diante as resoluções de conflitos que ocorriam no continente, devido ao final da Guerra Fria e a entrada da década de 1990, elas não são o suficiente para suprir as necessidades desses países. Além disso, o não pagamento das cotas por boa parte dos Estados-membros tirou da OUA sua principal fonte de financiamento, restando à entidade a função de tribuna como único trunfo político, além da representação externa do continente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

É com isso e pela busca por um mecanismo mais efetivo para o gerenciamento dos conflitos, e a falta de tática de conseguir se estabelecer no pós Guerra Fria que no século XXI a Organização de Unidade Africana (OUA) deixa de existir e passa a dar lugar para a União Africana em 2002.

2.4. A UNIÃO AFRICANA.

A primeira fase para a constituição da organização que vai ser a sucessora da OUA é dado em Sirte, na Líbia, em 1999, com a cúpula extraordinária da OUA que buscava discutir maneiras mais efetivas para a segurança coletiva do continente. Outros encontros relevantes são, a 1ª Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana sobre a criação da União Africana e do Parlamento Pan-Africano nos anos 2000, e ainda nos anos 2000, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Lomé (Togo), além delas, a 37ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo em julho de 2001, em Lusaka (Zâmbia), essa tratou sobre a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana.

A criação dessa nova organização pode ser entendida como uma continuação dos esforços dos Estados e dos povos africanos na busca constante de instrumentos capazes de assegurar a realização da unidade, paz, segurança e o estabelecimento e desenvolvimento sustentável da África (FERNANDES, 2012). Ela representa um marco importante na história do continente, na medida em que representou uma nova -e ousada- possibilidade de integração regional diante do pouco êxito obtido pela instituição anterior, a Organização da Unidade Africana (RABELO; GUIMARÃES, 2014).

Uma falha visível da OUA foi a sua incapacidade para resolver questões em torno da governança, cujos efeitos muitas vezes resultam em conflitos. A má governança se refletiu no surgimento de líderes autoritários e, em grande parte inexplicáveis, não só corruptos, mas que também sistematicamente violam os direitos humanos com impunidade. Aqueles que não violaram direitos humanos flagrantemente tornaram-se longos mandatários ou presidentes vitalícios. Esses líderes floresceram sob os olhos brilhantes da OUA (AKOKPARI, 2016, p.33)

Com o estabelecimento dessa nova organização, o artigo 3 do Ato Constitutivo da Organização (2000), tem como alguns de seus objetivos; realizar maior unidade e solidariedade entre os países e povos da África; defender a soberania, integridade territorial e independência de seus Estados-membros; acelerar a integração socioeconômica do continente; promover e defender posições comuns sobre as questões de interesse para o continente e seus povos; promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente; promover os princípios e as instituições democráticas, a participação da população e a boa governança; criar as

necessárias condições que permitam ao continente desempenhar o papel que lhe compete na economia mundial e nas negociações internacionais; promover a cooperação em todos os domínios da atividade humana, com vista a elevar o nível da vida dos povos africanos; e trabalhar em colaboração com parceiros internacionais relevantes na erradicação de doenças susceptíveis de prevenção e na promoção da boa saúde no continente.

O Ato no Artigo 4, prevê uma lista de princípios que orientam a atuação da União Africana, desses princípios alguns deles são; igualdade soberana e interdependência entre os Estados membros da União; estabelecimento de uma política comum de defesa para o continente africano; direito de União intervir num Estado membro em conformidade com a decisão da Conferência em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genócidio e crimes contra a humanidade (esse especificamente bem diferente da OUA que previa a não intervenção de seus Estados membros); direito dos Estados membros de pedirem a intervenção da União, com vista à restauração da paz e segurança; respeito pelos princípios democráticos, pelos direitos humanos, pelo Estado de direito e pela boa governança.

A transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana não foi contudo apenas uma mudança de rótulo, ela reflete uma evolução significativa da antiga postura de inquebrantável devoção ao princípio de não interferência (SANTOS, 2011).

Em fevereiro de 2003, com a conferência realizada em Maputo (Moçambique), os Estados membros adotam um Protocolo Adicional em relação às Emendas do Ato Constitutivo da União Africana, neste ato se inclui três novos objetivos: desenvolver e promover políticas comuns sobre comércio, defesa e relações exteriores a fim de garantir a defesa do continente e reforçar a sua posição de negociação; convidar e encorajar a participação plena da Diáspora Africana como componente importante do nosso Continente, na edificação na União Africana; e garantir a participação efetiva da mulher na tomada de decisões, em particular nas esferas política, económica e sócio-cultural.

Dos órgãos que contém a União, o órgão máximo da UA é a Assembleia de Chefes de Estado e o presidente, e assim como consta no artigo 6, ele pode exercer seu mandato de um ano, e é eleito após consultas entre os Estados-membros da União, esse é um cargo rotativo entre as cinco regiões geográficas africanas. Além disso, em relação às decisões na União, assim como consta no artigo 7, a

Conferência adota as suas decisões por consenso ou, na falta deste, por uma maioria de dois terços dos Estados-membros da União, contudo, as questões de procedimento, incluindo a questão de se saber se uma questão é ou não de procedimento são decididos por maioria simples.

Sobre conselho executivo, assim como consta no artigo 13, deve coordenar a tomada de decisão sobre políticas em áreas de interesse comum para os Estados membros, e fica responsável por analisar as questões a ele submetidas e supervisionar a implementação das políticas formuladas pela Conferência.

Para Badir (2008), apud Haffner, Viana (2013), a criação da União Africana é de suma importância, pois pela primeira vez uma organização africana inspira confiança e gera grandes expectativas e esperanças no sentido de dar uma maior visibilidade no cenário social, político e econômico mundial propriamente como um bloco.

Os moldes da criação da União Africana dão dentro da noção de segurança ir além do Estados, como é tradicionalmente, esse molde então é ampliado para que o entendimento de segurança inclua também o indivíduo. Com a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), a organização tem em sua estrutura operacional a implementação das decisões tomadas sobre prevenção de conflitos, pacificação (peace-making), operações de apoio à paz (peacekeeping), construção da paz (peacebuilding) e reconstrução pós-conflito (APPIAH, 2018). Não só isso, mas também trata de questões que buscam o desenvolvimento humano, e as práticas democráticas, trazendo respeito aos direitos humanos nas suas atuações dentro de conflitos.

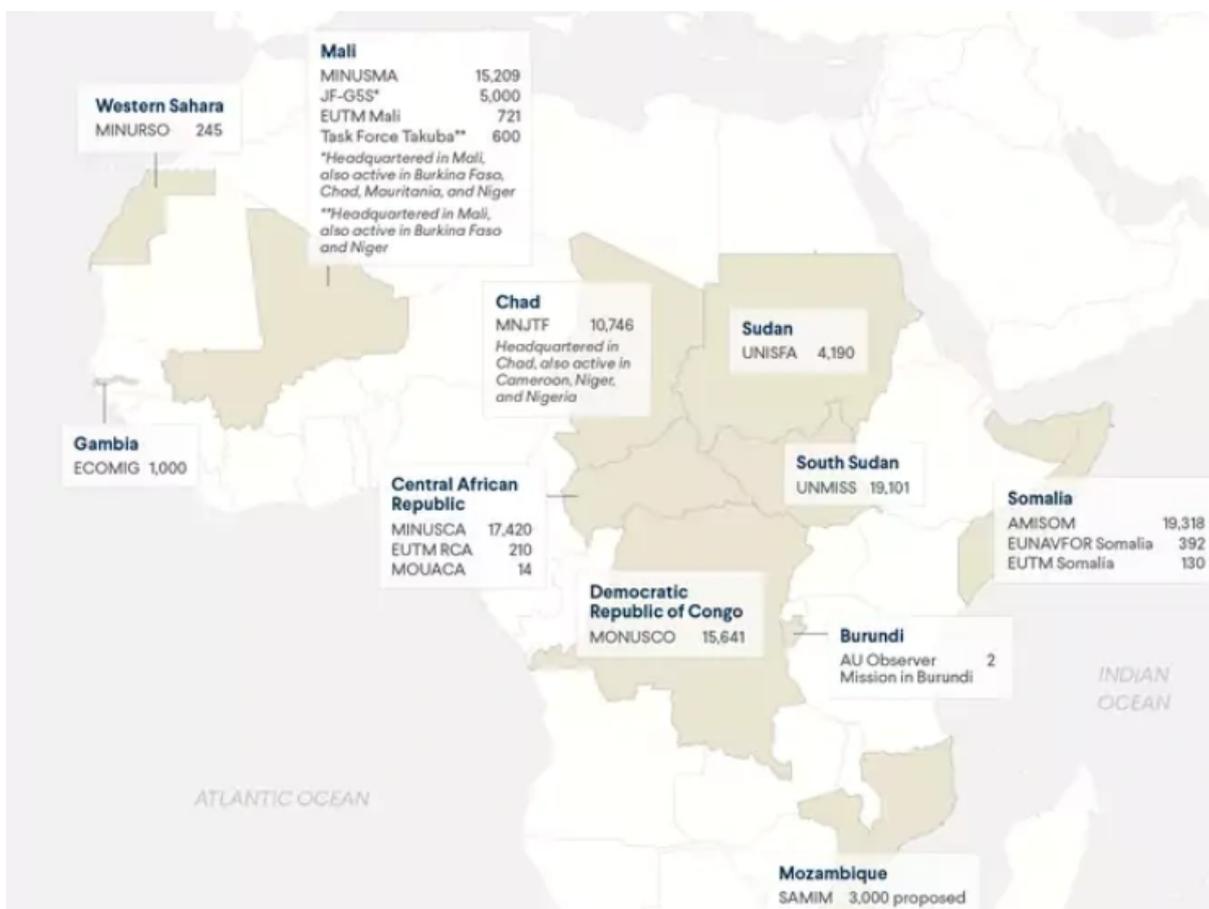
Além do mais, conforme Visentini, Ribeiro, Pereira (2013), com a criação da organização, as ações nos setores sociais tem se ampliado, principalmente nas áreas de saúde e sanitária (em parceria com as agências especializadas das Nações Unidas), um exemplo dessa parceria é a defesa da produção de medicamentos genéricos anti Aids/HIV em 2009. A União também supervisiona a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), esse plano foi uma proposta inicialmente dada pelos líderes da Argélia, África do Sul, Nigéria, Senegal e Egito, e foi ratificado pela União Africana em 2002, com o plano de erradicação da pobreza e de promover o crescimento e desenvolvimento sustentável, esse é um plano de ação multissetorial e oferece uma barganha com o Ocidente. (CAMPOS, 2015; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

No que tange os conflitos, a União Africana conta com o Conselho de Paz e Segurança (PSC), nele é definindo alguns objetivos como a promoção da paz, e a proteção e a preservação da vida, além disso, ele também é responsável pela prática do peacekeeping e do peacemaking. O PSC prevê atividades de cooperação com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e outras entidades para poder garantir a paz no continente. A cooperação pró a paz com outras instituições é necessária porque ainda há dependência com a ONU e outras entidades na solução dos conflitos armados, um exemplo disso seria que metade das missões de peacekeeping da ONU pelo mundo estão concentradas na África: Abyei, área contestada por Sudão e Sudão do Sul (UNISFA); República Centro Africana (MINUSCA, Mali (MINUSMA), República Democrática do Congo (MONUSCO, Sudão do Sul (UNMISS) e Saara Ocidental (MINURSO)⁸. Complementarmente as ações realizadas pela ONU, outras ações de paz e segurança ocorrem no continente lideradas pela União Africana, União Europeia e outros blocos regionais, dessas ações, os maiores são : a missão da União Africana na Somália (AMISOM, a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), e o Grupo dos Cinco de Sahel (G5 Sahel)⁹.

⁸ Council on Foreign Relations: The role of peacekeeping in Africa.

⁹ Council on Foreign Relations: The role of peacekeeping in Africa, 2021.

Figura 3 - Mapa das principais operações multilaterais de Paz e Segurança na África



Fonte: Council on Foreign Relations (2021)

Nota: O mapa inclui apenas missões militares ou policiais. As ações da ONU são referentes a agosto de 2021, e as não relacionadas à ONU são de dezembro de 2020.

Por fim, a transição da OUA para a União Africana foi importante para o gerenciamento dos conflitos do continente no novo século e mesmo que com alguns percalços a idealização e a construção da Arquitetura da Paz e Segurança que a organização trouxe vai ser importante para o gerenciamento das crises dos seus Estados-Membros no século XXI. Ademais, assim como diz Abegunrin (2009), é importante que no século vinte e um, os líderes africanos entendam que os estrangeiros não lutarão as guerras africanas pelos africanos, então esses problemas devem ser resolvidos pelos próprios africanos, e os governos devem se comprometer em lutar contra suas crises, pois dessa maneira irão conseguir o sucesso na resolução dos seus conflitos étnicos

3. CONSTRUÇÃO DA UNIÃO AFRICANA

O começo dos anos 1990, chega com novos desafios para o continente e, conseqüentemente para a Organização da Unidade Africana (OUA), que já enfrentava dificuldades para garantir segurança e paz no continente, com essa dificuldade em frear as crises, abriu-se espaço para a idealização e construção de uma nova organização que pudesse atender melhor às necessidades dos Estados africanos. É a partir desse pensamento então que com moldes criados pela OUA nasceu a União Africana no ano de 2002.

O capítulo tem como objetivo mostrar a adoção da Arquitetura da Paz e da Segurança (APSA) para a solução dos conflitos existentes no continente, e também para frear possíveis novos conflitos através da manutenção da paz e da segurança, além disso, mostrar os mecanismos adotados para que isso se torne possível.

3.1. A ARQUITETURA DA PAZ E SEGURANÇA PELA UA

As tentativas de reafirmação africana dentro do sistema mundial na segunda metade dos anos 1990, se aprofundam com a passagem para os anos 2000, todavia, ela não é o suficiente para acabar com os conflitos políticos, étnicos, e guerras civis. A proliferação das armas nesses países tanto na Guerra Fria quanto no pós Guerra Fria é responsável para que esses conflitos ganhem forças e possam se tornar guerras generalizadas, a situação de conflitos é ainda mais comum entre os Estados do Golfo da Guiné-Bissau, isso porque a tentativa de um golpe militar no ano de 1998, se transformou em guerra civil (ABEGUNRIN, 2009; VISENTINI; PEREIRA; RIBEIRO, 2013).

Eventos como o final do Apartheid na década de 1990, a pacificação de Moçambique, a independência da Namíbia, o acordo de paz em Angola, e a institucionalização de sistemas políticos multipartidários em diversos países do continente provocaram esperança sobre uma renovação da África, no entanto, ele é ofuscado pelos diversos conflitos alastrados no continente. Na Libéria, esses conflitos entre populações do interior e as mais ocidentalizadas do litoral prosseguiram, assim como na Serra Leoa, em 1999, é possível observar esse

mesmo problema se manifestando com intensidade, e como resultado esses acontecimentos agravam ainda mais as tensões locais (CARDOSO, 2015; VISENTINI; PEREIRA; RIBEIRO; 2013). A tentativa de deter essas tensões gerou diversas conferências e debates entre as lideranças africanas e atores externos, das conferências, pode ser apontada a criação do Documento Kampala, ele reuniu propostas e princípios com o intuito de orientar os governantes africanos (CARDOSO, 2015), dessas propostas pode ser destacada a Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África (CSSDCA). A CSSDCA vem com proposta de manutenção da paz continental, de autossuficiência militar e da prevenção de conflitos, mas ela vai ser apenas uma das tentativas fracassadas de busca pela estabilidade africana. Nas tentativas de resolução, a OUA, como diz Abergunrin (2009), foi incapaz de resolver assuntos mais complexos, interestatais e intraestatais como por exemplo o conflito Etiópia-Somália, e também falha no desafio pelo desenvolvimento na Eritreia e no Sudão do Sul, com isso pode ser concluído que a experiência da Organização da Unidade Africana em relação a manutenção do peacekeeping teve resultados limitados e se mostrou incapaz de solucionar parte dos conflitos africanos. Devido a falhas nas tentativas de frear os conflitos no continente pela Organização da Unidade Africana e com a entrada de um novo século, ela deixa de existir para dar lugar a sua sucessora, a União Africana.

A União Africana vem com o intuito de enfrentar os inúmeros desafios que atingem a África e com ela trouxe mudanças significativas de visão no que tange às responsabilidades e objetivos dentro do continente, em busca da paz, segurança e estabilidade. Para que seu objetivo tenha sucesso, a União Africana lançou uma agenda de paz e segurança, a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), ela é um sistema de segurança complexo e conta com organizações intergovernamentais regionais e continentais, na vontade do povo africano e no apoio de um número incontável de parceiros (ESCORREGA, 2012, tradução nossa)¹⁰, e foi construída em torno de estruturas, objetivos, princípios e valores, bem como processos de tomada de decisão relacionados à prevenção, gestão e resolução de crises e conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no continente (APPIAH, 2018).

¹⁰ The APSA is a very complex security system, relying on regional and continental intergovernmental organizations, on the will of African peoples and on the support of a countless number of partners.

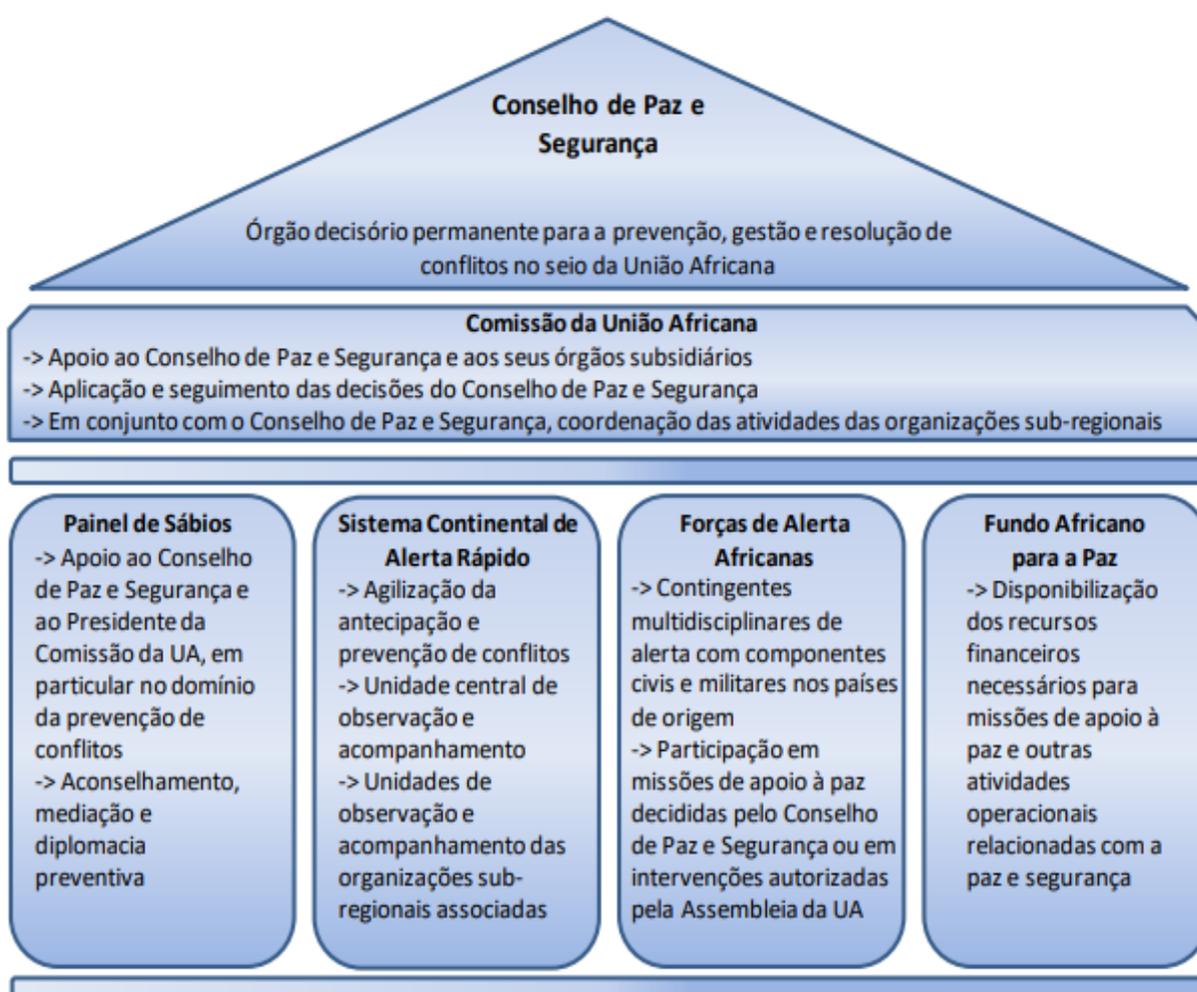
Essa forma de arquitetura de segurança centrada na busca por soluções africanas para os problemas africanos, assenta fundamentalmente em dois pilares: a Política Comum Africana de Segurança e Defesa (PCASD) e o Conselho de Paz e Segurança (CPS) (ESCORREGA, 2010), e tem fundamento em uma série de instrumentos legais que estabelecem as instituições que a compõem e balizam sua ação (SANTOS, 2011).

O pilar central da Arquitetura é o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, dotado, por seu Protocolo constitutivo, de poderes comparáveis aos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no âmbito continental africano. Complementando o Protocolo, existe importante acervo normativo, regendo a cooperação africana em questões de defesa e segurança, a resposta a rupturas da ordem constitucional e a relação entre a UA e os organismos regionais no que tange à promoção e manutenção da paz. (SANTOS, 2011, p.63)

A União tenta atingir três objetivos principais; reunir extensa quantidade de instituições sub-regionais em uma que promova a cooperação e integração do continente, estimular a relação entre os países no âmbito social, político e econômico, assim diminuindo as guerras entre os Estados, e estabelecer um aparato institucional que tornasse possível a participação efetiva de seus países no mercado internacional. Diante dos conflitos que são grandes obstáculos para o desenvolvimento socioeconômico dos países africanos surge a necessidade de implementação da paz e de uma agenda que possa atender a implementação da integração e do desenvolvimento africano, no qual a UA se colocava disposta a se comprometer e dotar as suas instituições dos recursos necessários para cumprir essas ações (CARDOSO, 2015; DE CAMÕES, 2021). É reconhecendo a responsabilidade central de conflitos e da má governança, ambos ameaças à segurança e a paz, que o Artigo 3 do Ato da Constituição da União Africana lança as bases para a nova arquitetura de segurança do continente, nele consta a promoção da paz e estabilidade, e promover a governança democrática e os direitos humanos, como objetivos fundamentais da União, além disso, é importante ressaltar que as cláusulas de interferência redefinir, soberania, retirando-lhe o seu status absoluto anterior e priorizando a segurança das pessoas sobre a integridade territorial (AKOPARI, 2016), estando enraizada na ética da não indiferença e da responsabilidade coletiva.

Buscando o sucesso das suas ações em relação ao gerenciamento dos conflitos e do crescimento do continente, a União Africana cria alguns mecanismos visando atingir seus objetivos, e como diz Appiah (2018), a União Africana criou sua Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) começando pelo Conselho de Paz e Segurança (PSC)¹¹, esse sendo o principal da instituição, e os componentes, que foram adicionados posteriormente, foram o Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS)¹², o Painel dos Sábios (PoW)¹³, a Força Africana Pronto Emprego (ASF)¹⁴ e também o Fundo Africano para a Paz (APF)¹⁵.

Figura 4 – Componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana



Fonte: Tribunal de contas Europeu (2018, p.5)

¹¹ Do inglês, Peace and Security Council

¹² Do inglês, Continental Early Warning System.

¹³ Do inglês, Panel of the Wise.

¹⁴ Do inglês, African Standby Force.

¹⁵ Do inglês, African Peace Fund.

A APSA tem suas bases normativas constituídas no Ato Constitutivo da UA e no Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana na Política Comum de Defesa e Segurança Africana (CADSP), esse em conjunto a UA tem papel essencial para a paz e a segurança, e com o princípio básico que a segurança de um país africano é indissociável aos demais, assim a CADSP vem para assegurar a resposta coletiva diante a ameaças externas e internas (CARDOSO, 2015).

O primeiro desafio da APSA é o financiamento, sobre o financiamento, ela conta com três principais fontes: a contribuição dos Estados-membros, a contribuição voluntária para o fundo de solidariedade, e a contribuição de fundos de parceiros externos. Dos seus Estados-Membros, as cinco principais economias do continente contribuíram com cerca de 15%, em 2011, o orçamento da UA ficou em US \$260 milhões de dólares, esse valor era insuficiente para cobrir as operações de manutenção da paz, custos administrativos, e salários do seu pessoal, que contava com 400 membros. Em 2013, do total do orçamento da UA, US \$123 milhões de dólares foram de contribuição dos Estados-Membros, enquanto os outros US \$155 milhões dólares foram contribuições de parceiros externos, em anos seguintes a baixa contribuição ainda é constante, e em 2020, a arrecadação é de US\$176 milhões de dólares, contra a meta de 260 milhões de dólares, sendo esses US \$260 milhões de dólares um valor mais baixo do que o ideal, visto que, em 2017 a contribuição deveria ter sido de US \$375 milhões de dólares com um aumento gradual de US \$400 milhões de dólares no ano de 2020, a partir da taxa de 0.2%, e esse valor seria reabastecido anualmente conforme o necessário. Em 2022, aumentou através de juros e contribuições de fontes internadas o valor para US\$295 milhões de dólares, e se espera que esse fundo aumente com mais contribuições para US \$400 milhões de dólares até o ano de 2023 (AKOPARI, 2016; DE CAMÕES, 2021; AFRICAN UNION PEACE FUND, 2021; AFRICAN UNION PEACE FUND, 2022). A desvantagem da baixa contribuição, é a dependência excessiva aos recursos financeiros de doadores estrangeiro, essa dependência pode ser vista nas restrições impostas ao fundo, impondo onde deve ser aplicado o dinheiro das União no contexto da paz e da segurança.

Outra fragilidade da APSA, é que a ASF, embora um mecanismo importante de resposta a futuros conflitos, necessita da mobilização de seus Estados-Membros para uma resposta eficaz. Em suma, os desafios da APSA incluem falhas

administrativas, incapacidade institucional, financiamento deficiente, recursos humanos inadequadamente qualificados, planeamento deficiente, má coordenação e falta de vontade política (DE CAMÕES, 2021).

Apesar das dificuldades, dos sucessos e fracassos, a APSA coloca a União Africana em uma posição melhor para lidar com as crises e conflitos na África do que a OUA. E a operação realizada em Burundi (2003-2004) pela UA foi considerada um sucesso, além disso, junto às Nações Unidas e o apoio financeiro da UE conduzindo missões de apoio à paz no Burundi, Somália, Sudão e outros, se demonstra a vontade política e a capacidade crescente em agir independente da falta de recurso e equipamentos (APPIAH, 2018; DE CAMÕES, 2021). Dos mecanismos criados pela APSA, o PSC tem progressos notáveis na resolução de situações de conflito e, para além do PSC, o Roteiro da ASF III, também conseguiu bastante no desenvolvimento da Força de Alerta Africana (DE CAMÕES, 2021).

Por fim, embora a União ainda enfrente diversos desafios em sua estrutura, ela trouxe características significativas como, a defesa dos direitos humanos e da democracia, a não-indiferença e uma agenda de solução interna de conflitos, além disso, a possibilidade de intervenção em seus países-membros caso necessário para acabar com conflitos, o último um diferencial da antiga organização. Assim pode ser concluído que a iniciativa da Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA) parece bastante promissora, e pode ter papel importante para a redução dos números de conflito.

3.2. CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA (PSC)

O protocolo que estabelece o PSC foi adotado no dia 9 de julho de 2002, em Durban, na África do Sul, mas só entrou em vigor em 2003, dessa maneira o PSC passou a ter ação oficialmente a partir de 2004. O Conselho de Paz e Segurança é o principal órgão decisório da União Africana nas questões referentes a paz e a segurança no continente africano, guiando-se pelos princípios contidos no Ato Constitutivo da UA, na Carta ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (CARDOSO; OLIVEIRA, 2018). Além disso, ele também ficou responsável pela

promoção da paz e da estabilidade do continente, segundo Cardoso, Oliveira (2018), esse órgão fica responsável pela antecipação e prevenção de conflitos, pelo desempenho da função de promoção e de manutenção da paz (peacemaking), pela promoção e execução de atividades de consolidação da paz (peacebuilding), e pela reconstrução dos países no pós-conflito, ademais, o PSC é um instrumento diplomático central da APSA, além de ser o ponto de contato com organizações internacionais como a UNSC¹⁶ e o Comitê de Política e Segurança da EU¹⁷. (ESCORREGA, 2012, tradução nossa)¹⁸.

Como ator importante da manutenção do dia a dia da paz e da segurança, o PSC fica responsável por coordenar as estratégias de gestão de conflito da União Africana e também decide sobre as autorizações de operação de paz e determina as sanções, e assim como se estabelece no artigo 2 da UA (2002), criado nos termos do Artigo 5(2) do Ato Constitutivo, o Conselho de Paz e Segurança é um órgão decisório permanente de prevenção e resolução de conflitos e, de maneira que possa garantir sua eficácia conta com o apoio da Comissão, do Painel dos Sábios, do Sistema Continental de Alerta Prévio, da Força de Alerta Pan-Africana e do Fundo Especial.

Tal como consta no Artigo 5 da UA (2002), o PSC é composto por 15 membros, eleitos na base de igualdade de direitos, sendo 10 membros eleitos para um período de dois anos e 5 membros eleitos para um período de três anos, e apesar de não contar com nenhum membro permanente, não existe nada no Protocolo do PSC que previna que um Estado-membro busque a reeleição imediata.

Assim como consta na Figura 5, é possível perceber que a Nigéria é o único país que mantém a presença constante no quadro do PSC desde que se tornou totalmente operacional em 2004.

¹⁶ Do inglês, United Nations Security Council

¹⁷ Do Inglês, European Union

¹⁸ The PSC is the central diplomatic instrument of the APSA. It is the point of contact with international organizations such as the UNSC and the Political and the Security Committee of the EU.

Figura 5 - Composição do Conselho de Paz e Segurança (PSC) da União Africana de 2004-2018

Regiões	Anos de Eleições								
	2004	2006	2007	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Norte	Argélia		Argélia		Líbia	Argélia		Egito	
Norte	Líbia	Egito		Tunísia	Mauritânia	Egito	Líbia	Argélia	Marrocos
Ocidental	Nigéria		Nigéria		Nigéria	Nigéria		Nigéria	
Ocidental	Togo	Burkina Faso		Burkina Faso	Costa do Marfim	Costa do Marfim	Níger	Níger	Libéria
Ocidental	Gana	Gana		Benin	Benin	Gâmbia	Gâmbia	Serra Leoa	Serra Leoa
Ocidental	Senegal	Senegal		Mali	Mali	Guiné	Guiné	Togo	Togo
Central	Gabão		Gabão		Guiné Equatorial	Guiné Equatorial		Congo	
Central	Congo	Congo		Chade	Chade	Congo	Chade	Chade	Gabão
Central	Camarões	Camarões		Burundi	Burundi	Camões	Burundi	Burundi	Guiné Equatorial
Oriental	Etiópia		Etiópia		Quênia	Uganda		Quênia	
Oriental	Quênia	Ruanda		Ruanda	Ruanda	Tanzânia	Tanzânia	Ruanda	Ruanda
Oriental	Sudão	Uganda		Uganda	Djibuti	Djibuti	Etiópia	Uganda	Djibuti
Austral	África do Sul		Angola		Zimbábue	Moçambique		Zâmbia	
Austral	Lesoto	Botsuana		Suazilândia	Namíbia	Lesoto	Namíbia	Botsuana	Zimbábue
Austral	Moçambique	Malauí		Zâmbia	África do Sul	Angola	África do Sul	África do Sul	África do Sul

Fonte: Cardoso (2015, p. 94) ; Cardoso; Oliveira (2018, p. 347)

Podemos ressaltar que entre os anos de 2004 e 2018, 42 dos Estados membros já fizeram parte do PSC e, que dentro das 5 regiões da África, a África Austral é a que tem a maior rotatividade de países na composição do PSC.

Como está presente no artigo 6 da UA (2002), algumas das funções da PSC são, a promoção da paz, estabilidade e segurança da África, e a operação de apoio à paz e intervenção conforme o artigo 4 (h) e (j) do Ato Constitutivo.

Outras funções estabelecidas no protocolo, no Artigo 7, juntamente com o presidente da Comissão, são;

- A) Antecipar e impedir os diferendos e conflitos, bem como as políticas que possam conduzir ao genocídio e aos crimes de guerra contra a humanidade;
- E) Recomendar à Conferência, de acordo com o Artigo 4 (h) do Acto Constitutivo, a intervenção num Estado Membro, em nome da União em caso de circunstâncias graves, nomeadamente, os crimes de guerra o genocídio e os crimes contra a humanidade, tal como definido nas convenções e Instrumentos Internacionais pertinentes;
- F) Aprovar as modalidades de intervenção por parte da União no Estado Membro, após a decisão da Conferência, em conformidade com o Artigo 4 (j) do Acto Constitutivo;
- H) Implementar a política de defesa comum da União
- J) Assegurar uma harmonização e coordenação entre os Mecanismos Regionais e a União na promoção e Manutenção da paz, segurança e estabilidade da África.
- P) Apoiar e facilitar as ações humanitárias em situação de conflitos armados e calamidades naturais. (UA, 2002, p.9-10)

O PSC então, assim como definido pela African Union: Conflict Resolution, Peace & Security (2020), trata-se de um sistema de segurança de acordo coletivo e de alerta precoce o qual é destinado para facilitação de respostas oportunas e eficientes em situações de conflito e crise na África. Não apenas isso, mas ele é também um mecanismo importante dentro da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA) quando se trata da promoção da paz e da estabilidade do continente.

Ademais, o PSC por ser um órgão político de decisão maioritariamente assessorado por civis, o aconselhamento em assuntos militares é-lhe fornecido pelo Comité de Estado-Maior (Military Staff Committee, MSC), este último sem qualquer autoridade própria no que respeita ao controle das forças armadas (ESCORREGA, 2010).

3.3. O PAINEL DOS SÁBIOS (POW)

O Painel dos Sábios (POW), desde 2007, é um pilar importante dentro da APSA, foi planejado como um instrumento de mediação extremamente flexível, com ênfase na prevenção de conflitos (SANTOS, 2011), e tem a sua criação motivada

pela necessidade de se ter soluções africanas para os problemas africanos, usando da crença e cultura africana, da sabedoria, discrição e confiabilidade dos mais velhos (ESCORREGA, 2012, tradução nossa)¹⁹, ele desde sua construção é um instrumento fundamental para a prevenção e resolução dos conflitos, através da determinação de seus membros para o fortalecimento na habilidade da União ao enfrentar a violência onde quer que ela ocorra dentro do continente (PORTO; NGANDU, 2015, tradução nossa)²⁰.

A sua formação conta com cinco personalidades africanas que sejam respeitadas dentro da sociedade e tenham contribuído para a causa do desenvolvimento, da paz, e da segurança do continente, os membros do Painel são indicados pelo presidente da comissão após consulta aos Estados-Membros com base na representação regional, e nomeados pela Assembléia para mandato de três anos (SANTOS, 2011), para fazer parte do painel.

As modalidades especificam que os membros do Painel não podem estar no exercício de mandato político quando de sua indicação e enquanto integrem o órgão, assim como limitam a possibilidade de sua recondução a uma única vez. O Painel elege seu Presidente pelo período de um ano, não podendo um membro exercer a Presidência mais de uma vez em um triênio. Em caso de ausência ou impedimento do titular, o Painel pode eleger um Presidente interino. (SANTOS, 2011, p. 98)

¹⁹ The creation of the PW was motivated by the need for finding homegrown solutions to African challenges, and by the African cultural belief of the wisdom, discretion and trustworthiness of elders.

²⁰ The Panel has matured into a key conflict prevention and resolution instrument, contributing through the sheer will and determination of its members, to strengthening the Union's ability to better address the scourge of violence wherever it occurs on our continent.

Figura 6 - Membros do Painel dos Sábios, 2008-2013

Membros: 2008-2010	Membros: 2011-2013
<p>Salim Ahmed Salim, da Tanzânia, África Oriental.</p> <p>(ex-Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana)</p>	<p>Salim Ahmed Salim, da Tanzânia, África Oriental.</p> <p>(ex-Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana)</p>
<p>Brigalia Bam, África Meridional</p> <p>(Presidente da Comissão Eleitoral Independente da África do Sul)</p>	<p>Kenneth Kaunda, África Meridional</p> <p>(ex-Presidente da Zâmbia)</p>
<p>Miguel Trovoada, África Central</p> <p>(ex-Presidente de São Tomé e Príncipe)</p>	<p>Marie Madeleine Kalala-Ngoy, África Central</p> <p>(ex-Ministra dos Direitos Humanos da República Democrática do Congo)</p>
<p>Ahmed Ben Bella, África Setentrional</p> <p>(ex-Presidente da Argélia)</p>	<p>Ahmed Ben Bella, África Setentrional</p> <p>(ex-Presidente da Argélia)</p>
<p>Elisabeth Pognon, África Ocidental</p> <p>(Presidente da Corte Constitucional de Benin)</p>	<p>Mary Chinery-Hesse, África Ocidental</p> <p>(Ex funcionária do governo de Gana, ex-representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e na Organização do Trabalho.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Santos (2011) ; Porto; Ngandu (2015)

Figura 7- Membros do Painel dos Sábios, 2014-2022

Membros: 2014-2017	Membros: 2018-2022
<p>Lakhdar Brahimi, da Argélia, África do Norte</p> <p>(Ministro do Exterior, 1991-1993)</p>	<p>H.E. Hifikepunye Pohamba, Namíbia, África Austral</p> <p>(Presidente da República da Namíbia de 2005-2015)</p>
<p>Albina Faria de Assis Pereira Africano, Angola, África Central</p> <p>(ex-Ministra do Petróleo, ex-ministra da Indústria, presidente da PALOP²¹ de 2004-2012)</p>	<p>Honorine Nzet Bitéghé, Gabão, África Central</p> <p>(ex-Ministra do Ministério de Assuntos Sociais)</p>
<p>Speciosa Kazibwe, Uganda, África Oriental</p> <p>(Vice-Presidente da Uganda de 1994-2003)</p>	<p>Speciosa Kazibwe, Uganda, África Oriental</p> <p>(Vice-Presidente da Uganda de 1994-2003)</p>
<p>Luísa Diogo²², Moçambique, África Meridional</p> <p>(Primeira Ministra de Moçambique de 2004-2010)</p>	<p>Amr Moussa, Egito, África Setentrional.</p> <p>(Secretário Geral da Liga Árabe de 2001-2011)</p>
<p>Edem Kodjo, Togo, África Ocidental</p> <p>(Primeiro Ministro de Togo de 1994-1996)</p>	<p>H.E. Ellen Johnson Sirleaf, Libéria, África Ocidental</p> <p>(Presidente da Libéria de 2006-2018)</p>

Fonte: Elaborado pela autora com dados das Nações Unidas (2017) e da União Africana (2018)

Assim como diz Escorrega (2012), o POW pode intervir diplomaticamente de diversas formas, facilitando os canais de comunicação entre a União Africana e as outras partes da disputa, pela apuração de fatos, o encorajando as partes a participar de um diálogo político, fazendo parte do processo de reconciliação, ou sendo auxiliar no processo de mediação.

²¹ Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

²² Luísa Diogo foi a primeira mulher a ser presidente do Painel dos Sábios.

Assim como previsto no protocolo da UA (2002), para o seu funcionamento se estabelece que o POW tenha no mínimo três reuniões anuais ordinárias, podendo se reunir a qualquer momento diante de um pedido do Conselho e do presidente, para atingir o quórum na reunião, é necessário a presença de no mínimo três dos cinco membros do POW, o PoW também mantém reuniões fechadas, todavia, podem ser convidados instituições ou indivíduos para participarem. E embora sua agenda seja determinada pelo Presidente, os outros membros também têm a possibilidade de sugerir pautas, além disso, ele pode também emitir comunicados de imprensa ou declarações sobre suas atividades, e sem prejuízo de sua independência, o Painel deve avisar previamente o Conselho e o Presidente quando tiver intenção de efetuar uma visita ou realizar algum contato com determinado país ou região, para fins de coordenação e harmonização de atividades (SANTOS, 2011)

O Painel conta com algumas vantagens comparativas. Enquanto um órgão intergovernamental como o Conselho de Paz e Segurança é composto por representantes de Estados-Membros, sujeitos aos ditames de suas políticas externas, e o Presidente da Comissão e seus subordinados devem pautar-se pelas decisões tomadas nos vários níveis da União Africana, os membros do Painel servem em caráter pessoal e, portanto, podem agir com plena isenção. Como não cabe ao Painel propor, instituir ou implementar sanções, sua intervenção em situações de crise tampouco pode ser interpretada como ameaçadora pelas partes envolvidas. (EL ABDELLAOUI apud SANTOS, p. 106, 2011).

Sobre a inovação que é a idealização do Painel dos Sábios, Escorrega (2012), diz que o Painel dos Sábios tem potencial de ser o meio mais inovador e efetivo diplomaticamente da APSA, não apenas porque foi idealizado levando em conta aspectos culturais do continente Africano, mas também porque ele não (ou não deveria), se restringe às considerações políticas da Comissão ou do PSC.

3.4. FUNDO AFRICANO PARA A PAZ (APF)

O Fundo Africano para a paz (APF) é um instrumento para fornecer recursos financeiros para as missões, segundo Escorrega (2012), o APF não é um instrumento econômico usado para sanções econômicas ou alguma medida punitiva,

mas sim para oferecer recursos financeiros e apoio à paz e atividades relacionadas à paz africana.

O Artigo 21 da UA (2002), do Protocolo do Conselho da Paz e Segurança da União Africana, prevê que o Fundo da Paz seja constituído por atribuições financeiras do Orçamento Ordinário da União e as contribuições em atraso, as contribuições voluntárias dos Estados-Membros e de outras fontes africanas, podendo incluir o setor privado, a sociedade civil e também atividades de angariação de fundos.

De acordo com African Union, Peace and Security Fund (2021), a assembleia da União Africana tem o fundo de Paz estruturado em três janelas temáticas.

Janela 1: Mediação e Diplomacia Preventiva

Janela 2: Capacidade Institucional

Janela 3: Operação de Apoio à Paz²³

Segundo African Union, Peace and Security Fund (2021), para a administração dos fundos se estabeleceu o Board of Trustees, ele é composto por cinco membros africanos que representam as 5 regiões da União Africana, além deles, temos dois parceiros internacionais, esses são, a União Europeia e as Nações Unidas. O papel desses administradores é garantir a coerência estratégica, melhorar a governança, e supervisionar o Fundo da Paz.

Ademais, a criação da APF por meio da APSA, aconteceu para que essa estrutura venha facilitar a realização do seu objetivo de promoção da paz, e da segurança na África, o que falta no entanto é que essas instituições e estruturas funcionem de maneira para cumprimento de seus mandatos. (APPIAH, 2018).

²³ African Union, Peace and Security Fund, 2021.

3.5. FORÇA AFRICANA PRONTO EMPREGO (ASF)

A Força Africana de Pronto Emprego (ASF) é o principal instrumento militar para implementar as decisões do PSC (ESCORREGA, 2012, tradução nossa)²⁴, e ele é um elemento chave para uma ação efetiva por parte da APSA. Segundo Appiah (2018), ele tem o objetivo de ser uma força de ação rápida por parte da UA, e é formado por capacidades multidimensionais, incluindo militares, policiais e civis, os funcionários ASF ficam de prontidão em seus países de origem, prontos para uma implementação rápida, e dentro de suas responsabilidades estão também; a observação e monitoramento de missões; outros tipos de operações de apoio à paz; e a intervenção em um Estado membro em circunstância graves ou a pedido de um Estado membro para restaurar a paz e a segurança (APPIAH, 2018).

Além das funções citadas anteriormente, outras das funções que podem ser adotadas pela ASF é a de prevenção, para prevenir os conflitos ou para prevenir que eles se intensifiquem e se espalhem para áreas ou Estados vizinhos. Segundo o Artigo 13 da UA (2002), os Estados-Membros devem tomar medidas para a criação de contingentes de intervenção rápida para participar em missões de apoio e paz decididas pelo Conselho de Paz e Segurança ou numa intervenção autorizada pela Conferência, e o tipo de contingência e a sua preparação e localização fica para ser determinada de acordo com as Normas e Procedimentos Operacionais Padrão das Missões de Apoio à Paz.

Ainda no Artigo 13 se entende que a ASF desempenha funções nas seguintes áreas.

- a) missão de observação e controle;
- b) outros tipos de apoio à paz;
- c) intervenção num Estado Membro em caso de situações graves ou a pedido de um Estado membro, de modo a restaurar a paz e a segurança, de acordo com os Artigos 4 (h) e (j) do Acto Constitutivo;
- d) ações de prevenção, de modo a impedir (i) que um diferendo ou conflito se agrave, (ii) que um violento conflito de curso se alastre para as áreas ou Estados vizinhos, (iii) que renasça uma violência após as partes em conflito terem chegado a um acordo;
- e) consolidação da paz, incluindo o desarmamento e a desmobilização pós-conflito;

²⁴ The African Standby Force is the primary military instrument for implementing the decisions of the PSC.

- f) prestação de assistência humanitária para aliviar o sofrimento da população civil em áreas de conflito e apoiar os esforços visando pôr cobro às calamidades naturais; e
- g) quaisquer outras funções que poderão ser incubidas pelo conselho da Paz e Segurança. (UA, 2002, p.19-20)

Escorrega (2012), fala sobre a falta planejamento nas missões, os componentes policial e civil da ASF ainda são significativamente fracos em relação aos militares, as comunicações e a interoperabilidade entre militares, policiais e civis no terreno continuam baixo, além disso, a capacidade de gestão administrativa, financeira e de recursos humanos continua muito fraca em comparação a tarefa em mãos.

Ainda, se referindo a participação civil, Escorrega (2012), vai dizer que, os componentes civis (incluindo a política) ainda se mostram subdesenvolvidos em todas as sub-regiões, e eles são essenciais para abordar as operações multidimensionais da manutenção e construção da manutenção da paz (peacemaking) e da consolidação da paz (peacebuilding).

Alguns dos obstáculos enfrentados são as dificuldades na realização de qualquer prognóstico seguro quanto ao futuro das forças, dentre elas podemos destacar: a dificuldade em estabelecer base logística; e o custo das missões de paz, que está bastante além das capacidades econômicas da UA (PEDRA, 2013).

Diante disso, Santos (2011), mostra que:

Diante do que precede, conclui-se que, mesmo que o projeto da Força Africana de Pronto Emprego venha a se revelar bem-sucedido, as Nações Unidas devem continuar tendo papel primordial na manutenção da paz no continente africano. Cabe ressaltar que a Força não foi concebida com o intuito de excluir a comunidade internacional de participar no tratamento das questões de paz e segurança na África, mas de suprir quando necessário sua ausência. Sua criação não resultou no temor da interferência mas sim da indiferença. Recorde-se também que a estratégia de saída das operações da União Africana é a transferência de responsabilidade para a ONU, seja pela substituição de missão africana por missão da organização mundial, como no Burundi, seja por sua transformação em missão híbrida como no Darfur. (SANTOS, 2011, p. 144)

Ademais, pode ser observado que a ASF é um elemento crítico quando se pensa na APSA, na medida que permitirá à União Africana cumprir a sua promessa de intervenção para proteger as pessoas em circunstâncias graves e fornecer uma resposta rápida e robusta para gerir e resolver crises africanas. (DE CAMÕES, 2021)

3.6. SISTEMA CONTINENTAL DE ALERTA ANTECIPADO (CEWS)

O Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS) é mais um dos pilares da APSA, tem como objetivo principal antecipar e prevenir conflitos no continente fornecendo informações oportunas sobre conflitos violentos em evolução com base em indicadores especificamente desenvolvidos para tal (DE CAMÕES, 2021), assim como consta no Artigo 12 do Protocolo sobre o estabelecimento do Conselho da Paz e Segurança da União Africana, além disso, como colocado por Santos (2010), para seu funcionamento é necessário que se mantenha um amplo meio de comunicação.

Para que a União Africana possa adequadamente cumprir suas funções no domínio da prevenção, gestão e resolução de conflitos, ela necessita contar com amplos meios de informação para instruir suas ações. Embora não se possa descartar a importância das informações prestadas pelos Estados-Membros, a dependência exclusiva dessa fonte poderia gerar situações em que a UA se veria incapaz de atuar com eficácia, face a informações insuficientes, conflitantes ou mesmo inverídicas. (SANTOS, 2011, p. 109)

De modo que se mantenha sempre em alerta, a CEWS possui uma Sala de Situação, a sala tem o funcionamento de 24 horas por dia, todos os dias da semana, e suas principais tarefas são, monitorar a informação, e recolher dados sobre iniciativas e atividades que sejam potenciais conflitos, e usa essas informações como forma de facilitar a tomada de decisão (DE CAMÕES, 2021). Além disso, como está presente no Artigo 12, o sistema de alerta é constituído por;

- a) Um centro de atuação e controle denominado “Gabinete de Crise”, localizado na Direção de Gestão e Conflitos da União, e responsável pela recolha e análise de dados, na base de um módulo apropriado de indicadores de alerta prévio; e
- b) Unidade de observação e controle dos Mecanismos Regionais ligados diretamente ao Gabinete de Crise, através de meios apropriados de comunicação que devem processar e recolher os dados ao nível transmiti-lo ao Gabinete de Crise. (UA, 2002, p.18)

O protocolo também prevê que a Comissão irá colaborar com o Sistema das Nações Unidas e com outras instituições internacionais independentes facilitando o Sistema de Alerta Prévio. O artigo 12 da UA (2002), do Protocolo também compreende o desenvolvimento de um módulo de alerta prévio, segundo o artigo, esse módulo será baseado em indicadores políticos, econômicos, sociais, militares e

humanitários claramente definidos e aceitos, que será utilizado para analisar acontecimentos no Continente e recomendar sobre as melhores medidas a tomar.

Além do mais, conforme entende o artigo 12 da UA (2002), o Presidente da Comissão vai utilizar as informações geradas a partir do Sistema de Alerta Prévio, para aconselhar o Conselho de Paz e Segurança sobre potenciais conflitos que venham ameaçar a paz do continente. Por fim, assim como diz De Camões (2021), o Sistema de Alerta Continental Antecipado (CEWS) é um ator vital para que tenha uma gestão eficaz das crises e conflitos, entretanto é importante que ele tenha uma atividade independente, e a razão da necessidade dessa independência se dá pelo risco das iniciativas de análise de conflitos poderem prestar atenção seletiva à informação e à análise, numa tentativa de tornar mais favorável alguma iniciativa de paz.

4. A UNIÃO AFRICANA E SUA ATUAÇÃO.

Os conflitos no continente africano são diversos e constantes desde os anos 1960, a criação da União Africana, da APSA, e das suas instituições foram essenciais para a sua atuação da UA no apaziguamento de crises no continente, e para que ela em pouco tempo de existência tenha uma atuação mais ativa no continente do que a Organização da Unidade Africana. O capítulo tem o intuito de mostrar como se deu essa atuação, primeiramente com a sua atuação na Missão da União Africana no Burundi (AMIB), essa sendo a primeira missão da União Africana dentro do continente, e em seguida pela criação da Missão para a União Africana na Somália (AMISOM).

4.1. O BURUNDI

O Burundi é marcado pela divisão étnica entre Hutus e Tutsis, desses dois, a maior parte da sua população é de etnia Hutu, entretanto, mesmo sendo a maioria demográfica do país, o poder estatal e os benefícios socioeconômicos estavam com a minoria Tutsi, mostrando a desproporção do poder no pré e no pós a independência em 1962. Isso aconteceu porque, assim como em Ruanda, os colonizadores belgas encorajaram a divisão étnica no país, e o fato da Bélgica utilizar estruturas locais de governança, não muda que, ainda assim a prática colonial simplificou o complexo sistema local ao dar preferência aos Tutsis e marginalizar a maioria Hutu (TOSSINI, 2020), como consequência dessa prática de divisão, temos a criação de inúmeros conflitos internos no país.

As forças Armadas de Burundi (FAB)²⁵, assim como o governo, eram dominadas pelos Tutsi, e essa distribuição de poder, frequentemente explorada pela liderança Tutsi, foi o catalisador para diversas revoltas Hutus (RODT, 2011, tradução nossa)²⁶. Além disso, a divisão étnica como forma de instrumento nas mãos das elites políticas, são catalisadores para a divisão em grupos como a UPRONA (Union pour le Progrès National), pró-Tutsi, e a FRODEBU (Front pour la Démocratie au Burundi), pró-Hutus.

A primeira eleição parlamentar vem após a conquista da independência burundinês, e o resultado da eleição é a vitória dos partidos Hutus, no entanto, Mwami Mwambutsa IV, um Tutsi, e o responsável constitucionalmente pela escolha do Primeiro Ministro, escolhe ignorar o resultados das urnas que elegem um Hutu, apontando um Tutsi em seu lugar, essa atitude de ignorar as urnas por Mwambutsa IV, é o pontapé inicial para um longo período de instabilidade política no Burundi, seguido por uma tentativa fracassada de golpe de Estado por parte das forças policiais, essas predominantemente Hutus, em 1965 (TOSSINI, 2020). No ano de 1972, a perseguição de Tutsi pelos Hutus ocasionou a morte de cerca de 3.000 Tutsis, essa perseguição não passou despercebida e resultou na retaliação do exército burundinês, o exército por sua vez não diferenciava os Hutus que eram apenas civis dos rebeldes, e por isso essa retaliação foi a causa de

²⁵ Do inglês Burundi Armed Forces.

²⁶ The Burundi Armed Forces (FAB), for exemplo, were Tutsi-dominated, as was the government. The uneven power distribution, often exploited by the Tutsi leadership, caused a series of Hutu uprisings.

aproximadamente 100,000 a 2000.000 mortes de Hutus (RODT, 2011, tradução nossa)²⁷.

Em 1976, Jean Baptiste Bagaza, surgiu com promessas de reformas, essas promessas não duram muito, e logo pode ser observado que seu regime vai ser repleto de abusos aos direitos humanos, o resultado da falsa promessa e dos abusos aos direitos humanos, é um golpe militar de Pierre Buyoya, que se autoproclamou presidente. Ao assumir o poder Buyoya, diminui as restrições políticas e liberta centenas de presos políticos Hutus, entretanto em 1988, um surto de violência no norte do país tem como resultado a morte de Tutsis, e a retaliação militar que esse episódio teve custou por volta de 20,000 vidas Hutus (Boshoff; Vrey; Rautenbach, 2010, tradução nossa)²⁸.

O governo de Buyoya, fez uma série de reformas pensando na construção de uma união nacional, ele inclusive, não apenas aponta um primeiro-ministro Hutu, mas também tem um governo composto por ministros Tutsis e Hutus, mas as suas reformas não são o suficiente para mantê-lo no poder e em 1993, Buyoya é derrotado nas urnas e quem vence é Melchior Ndadaye, um Hutu. O tempo de Ndaye no poder porém é curto, ainda em 1993, um grupo ataca o palácio presidencial em Bujumbura e assassina Ndadaye, e alguns membros do FRODEBU, essa tentativa de golpe porém, não gerou o resultado esperado e mesmo após a morte de Ndadaye, ainda assim o governo continua nas mãos do FRODEBU, além disso, o ataque é catalisador de ataques contra os Tutsis, o que novamente resulta na retaliação das forças armadas Tutsis contra os Hutus.

A tentativa de restabelecimento da paz é marcada por FRODEBU, e UPRONA, tentando criar um governo de coalizão, no governo, o partido representante dos hutus ficaria com a presidência do país e o representante tutsi assumiria a cadeira de primeiro-ministro (OTAVIO; CARDOSO, 2015), esse plano não dá certo e o fracasso da tentativa de resolução e de apaziguação da situação de crise é o que tornou o cenário propício para um possível golpe militar, em 1996, esse golpe deixa de ser uma possibilidade e se torna um fato com Buyoya. Para abordar

²⁷ The incursion was met by a brutal retaliation from the burundian army, which did not discriminate between Hutu rebels and civilians. Between 1000,000 and 2000,000 Hutus were killed.

²⁸ He relaxed political constraints and freed hundreds of Hutu political prisoners. But in October 1988, an outbreak of violence in the north of the country in which a number of Tutsis was killed, resulted in a military retaliation that cost the lives of some 20,000 Hutus.

o assunto, Miti (2012), apud, Otavio, Cardoso (2015), fala sobre as diferenças sobre a visão dos países em relação a uma ascensão da UPRONA, segundo ele.

A Cúpula regional [...] foi convocada às pressas para lidar com o golpe de 1996, no Burundi. A cimeira, que veio a ser conhecida como a Regional Initiative for Burundi, impôs sanções econômicas contra o novo regime em Bujumbura e apelou ao novo governo para restaurar a Assembleia Nacional, restabelecer os partidos políticos e começar imediatamente negociações com todas as partes no conflito tanto dentro como fora do país. As sanções, no entanto, encontraram forte oposição por parte da União Europeia e dos Estados Unidos, que acreditavam firmemente no trabalho com os chamados líderes moderados. Buyoya, o novo presidente, foi considerado pela UE e pelos EUA como um moderado e, portanto, digno de apoio. Isto minou os esforços regionais e resultou na promulgação de uma constituição interna de transição em 1998, legitimando assim o golpe e presidência de Buyoya.
(MITI, 2012, p.28 apud OTAVIO; CARDOSO, 2015, p. 102)

Na tentativa de restaurar a paz, Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia, propôs uma cúpula em Arusha com os chefes de Estados regionais para discutir a situação em Burundi, na cúpula também estavam presentes representantes do FRODEBU e UPRONA. Essa primeira tentativa por parte de Nyerere entretanto foi falha, e a sua consequência foi uma outra reunião que resultou na imposição de um bloqueio sobre Burundi, esse bloqueio provocou a retirada do governo de Burundi das negociações e aumentou as alegações dos Tutsis que Nyerere era parcial à causa dos Hutus (Boshoff; Vrey; Rautenbach, 2010, tradução nossa)²⁹. Essa primeira tentativa de propor uma solução aos conflitos burundinês falhou e ficou conhecida como Arusha I. As negociações, contudo, continuam em 1998, com a convocação de uma nova reunião em Arusha, por Nyerere, essa contou com a presença das 19 delegações de Burundi.

A morte de Nyerere em 1999, abriu espaço para um novo mediador e este veio a ser o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, em 28 de agosto de 2000, foi assinado o Acordo de Arusha de Paz e Reconciliação para o Burundi. Em linhas gerais, discutindo acerca deste acordo, Boshoff, Vrey, Rautenbach (2010), enfatiza que o Acordo de Arusha II se pauta pela busca de aceitação das lideranças políticas do Burundi com os seguintes pontos.

²⁹ This provoked the withdrawal of Burundi's government from the negotiations and inflamed Tutsi allegations that Nyerere was partial to the cause of the Hutu.

O Acordo previa:

- A transição liderada por um governo interino para culminar as eleições democráticas.
 - A criação de um Senado e a alteração na composição da Assembleia Nacional já existente.
 - A reforma judicial para diminuir domínio Tutsi
 - Uma reforma militar para diminuir a dominação Tutsi e facilitar a integração das forças rebeldes no exército.
 - O estabelecimento da Comissão da Verdade e Reconciliação.
 - A força militar internacional para ajudar na transição.
 - Uma investigação independente sobre os supostos crimes de genocídio.
- (BOSHOFF; VREY; RAUTENBACH, 2010, p.8, tradução nossa)³⁰

O acordo de Arusha II, estabeleceu o processo transitório para a solução do conflito, e esse processo deveria terminar com as eleições gerais de 2005. Para que esse processo transitório fosse possível, foi estabelecido o Governo de Transição no Burundi (TGoB)³¹, por meio da implementação da distribuição de poder (power-sharing). Para o sucesso desse 'power-sharing' entre os Hutus e os Tutsis, na presidência do TGoB estaria um representante Tutsi com um vice Hutu, entre o período de 2001 à 2003, e isso seria invertido em 2003, a presidência do TGoB passa a ser representada por um Hutu com um vice Tutsi, até 2005, quando acaba o governo de transição. Outra medida do TGoB é 14 dos 26 ministérios e 60% dos assentos na Assembleia Nacional caberiam aos representantes hutus (PAPAGIANNI, 2009 apud, OTAVIO; CARDOSO, 2015). Dessa maneira, assim como destacado por Otavio, Cardoso (2015), esse acordo tinha como o objetivo incluir os grupos antagônicos nos processos decisórios do Estado e, conseqüentemente, reduzir possibilidades de mudanças bruscas que pudessem levar à desestabilização do Estado.

Em relação a esse acordo, pode ser destacado que das 19 delegações presentes nele, apenas 13 delas assinaram o acordo e por isso o Burundi ainda era mantido em um cenário de instabilidade, e como a União Africana estava em processo de criação, os outros países não se colocavam muito dispostos em atuar no Burundi. Com a oficialização da União Africana, os acordos feitos previamente

³⁰ The Accord Provided for: a transition led by an interim government to culminate in democratic elections; the creation of a Senate and amendments to the composition of the existing National Assembly; judicial reform to decrease Tutsi domination; military reform to decrease Tutsi domination and facilitate the integration of rebel armed forces into the army; the establishment of a Truth and Reconciliation Committee; an international military force to assist in the management of the transition and; an independent investigation into alleged crimes of genocide.

³¹ Do inglês Transitional Government of Burundi.

foram bases para a implementação da Missão da União Africana no Burundi (AMIB) em 2003.

4.2 A AMIB

A AMIB foi estabelecida na 91ª Sessão Ordinária do Órgão Central do Mecanismo para a Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos da União Africana, em abril de 2003, o seguinte passo para a estabilização do Burundi, aconteceu através do Estabelecimento da Missão da União Africana no Burundi (AMIB), essa missão inicialmente teria a durabilidade de um ano, podendo ser renovada a cada seis meses.

A AMIB buscava a estabilização do país por meio da criação de um acordo de cessar-fogo, e do apoio ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de ex-combatentes, ao ser estabelecida, AMIB contou com cerca de 3.335 soldados, 1600 foram enviados pela África do Sul, além deles, a Etiópia enviou 228, e Moçambique 858 soldados. A missão também contou com civis e 43 observadores militares de Burkina Faso, Mali, Gabão, Togo e Tunísia, que ficaram responsáveis na supervisão e implementação dos acordos de cessar-fogo e em apoiar as iniciativas do DDR, de modo que se garantisse as condições necessárias para a missão de manutenção da paz da ONU no país (BOSHOF; VREY; RAUTENBACH, 2010; RODT, 2011; SANTOS, 2011).

Compreendendo que o objetivo da AMIB é cumprir um mandato que facilitasse a implementação dos Acordos de Cessar-fogo e garantir uma situação de defesa e segurança no Burundi estável e bem gerida por estruturas nacionais de defesa e segurança recém-criadas³², para que seja possível essas ações, em especial a do acordo de cessar-fogo, a AMIB estabeleceu os seguintes objetivos.

- Supervisionar a implementação dos acordos de cessar-fogo

³² Communiqué of the Ninety-first Ordinary Session of the Central Organ of the Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution, 2003

- Apoiar as iniciativas de desarmamento e desmobilização e aconselhar sobre a reintegração dos combatentes.
- Esforçar-se para assegurar condições favoráveis ao estabelecimento de uma missão de paz da ONU
- Contribuir para a estabilidade política e econômica no Burundi.
(AU, 2003, p.2, tradução nossa)

E para o funcionamento da sua missão e o sucesso do seu mandato no país estabeleceu-se.

- Estabelecer e manter o contato entre as partes.
- Monitorar e verificar a implementação do acordo de cessar-fogo.
- Facilitar as atividades da Comissão Conjunta de cessar-fogo (CCM) e do Comitê Técnico de estabelecimento e reestruturação da Defesa Nacional e da Polícia.
- Proteger as áreas de montagem e desengate.
- Facilitar a passagem segura para as Partes durante os movimentos para as áreas de montagem designadas.
- Facilitar e prestar assistência técnica ao processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR)
- Facilitar a assistência humanitária, inclusive aos refugiados e as pessoas deslocadas internamente.
- Coordenar as atividades de missão com a presença da ONU no Burundi.
- Fornecer proteção VIP para os líderes de retorno designado.
(AU, 2003, p.2-3, tradução nossa)

Embora a AMIB não tenha recebido uma ordem explícita de proteção aos civis na sua elaboração, após meses em campo, a liderança da missão adotou regras de engajamento que autorizaram suas tropas a usar a força para defender civis em perigo iminente de ferimento grave ou morte (SANTOS, 2011).

Como evidência Otavio, Cardoso (2015), o estabelecimento da AMIB se deu com a estreita colaboração da ONU, no qual a ONU oferece apoio administrativo e logístico para a AMIB. Sobre a AMIB em si, ele também destaca outras características da missão, elas são, o princípio do uso mínimo da força, e o uso de contingentes que eram compostos por militares e civis, no qual os contingentes se especializaram em ações voltadas ao aumento da qualidade de vida, com o objetivo de consolidação da paz e de prevenir novos conflitos no país.

A Missão chega ao número desejado de pessoal, mas isso não significa que ela estava livre de ter outros problemas em sua execução, um dos problemas enfrentados é o financeiro, o que não vai ser incomum em outras missões da UA. Os cálculos iniciais mostravam uma estimativa de US\$110 milhões de dólares, mas na realidade, a missão acabou custando US\$134 milhões dólares, esse valor é

altíssimo em especial considerando que ele representa mais de um terço de todo o orçamento de 2003, da União Africana. A falta de recursos afetou a DDR, e o resultado é a falta de alimentos, suprimentos médicos e infraestrutura. Como forma de contornar essa falta de recurso a África do Sul assume grande parte desse ônus financeiro, e contribuiu com meios logísticos (transporte, combustível e suprimentos médicos), com isso, a África do Sul arcou com custos de US\$ 70 milhões, a Etiópia com US\$ 34 milhões e Moçambique com US\$ 6 milhões (RODT, 2011; SANTOS, 2011). Além dos custos arcados pela África do Sul, Etiópia e Moçambique, a UA contou com ajuda da União Europeia com US\$ 25 milhões, o que tornou a União Europeia o principal contribuinte estrangeiro à AMIB, mostrando o grau de dependência financeira da UA com os recursos externos para a realização das suas operações de paz e segurança.

Por serem recém-criados, o Conselho de Paz e Segurança e o Departamento de Paz e Segurança da Comissão da União Africana, não possuíam capacidade institucional de organizar e administrar a missão, além disso, a falta dos meios de mobilidade tática dificultava a ação da AMIB fora de áreas urbanas. (OTAVIO; CARDOSO, 2015; SANTOS, 2011).

Embora as dificuldades apresentadas, a atuação da AMIB em Burundi foi importante na ajuda aos refugiados e nos deslocamentos internos, na assistência humanitária, e no auxílio à formação e implementação de uma nova força de segurança no país, a Burundi National Defense Force e a Police Force (OTAVIO, CARDOSO, 2015). A implementação dessa força de segurança vai ser importante para a pacificação do país.

Ademais, embora a ONU tenha substituído a UA, o caso do Burundi demonstra que um órgão continental pode de fato fazer intervenções úteis de construção da paz no continente (MURITHI, 2008, tradução nossa)³³. Além do mais, a missão foi importante para o avanço da União nas resoluções de conflitos, e foi modelo do peacekeeping para futuras missões de prevenção e resolução de conflitos pela União Africana.

³³ Even though the UN took over from the AU, the case of Burundi demonstrates that the continental body can in fact make useful peacebuilding interventions on the continent.

4.3 A SOMÁLIA

A Somália tornou-se independente nos anos 1960, após a unificação dos protetorados britânicos (Somalilândia britânica), e italiano (Somalilândia italiana). Em 1969, um golpe de Estado levou o general Mohammed Siad Barre ao poder, quando assumiu, Barre proclamou a Somália um Estado Marxista e adotou o socialismo científico como guia ideológica do novo regime, estabelecendo relações próximas com a URSS (CARDOSO, 2015), entretanto, o regime socialista é abandonado no fim dos anos 1970, após a derrota da Somália na guerra contra a Etiópia, no qual a Somália tenta conquistar o deserto de Ogaden em 1977. Com o abandono do regime socialista, a Somália estabelece relações próximas com os EUA, o que lhe proporcionou importantes apoios econômicos e militares, estes que se revelaram essenciais para a manutenção do regime ao longo dos anos 1980 (CARDOSO, 2015).

O final da Guerra Fria veio com mudanças políticas, no caso da Somália, ela vem também com a destituição de seu presidente, Mohammed Siad Barre, que permanecia no poder desde o golpe de Estado em 1969, a derrubada do regime de Siad Barre foi marcada por uma guerra civil, particularmente entre 1988 e 1991, a qual o governo interino do Congresso Unido da Somália (USC) de Ali Mahdi Mohammad não conseguiu conter (SOUSA, 2014, tradução nossa)³⁴. Dessa forma, a falta de um acordo alternativo com a queda de Siad Barre abre um vácuo de poder no país, além disso, a ausência de um governo com reconhecimento, o desaparecimento de instituições estatais e o declínio de atividades econômicas geraram um enorme impacto social, não apenas isso, mas a desintegração do Estado, essa caracterizada pela sua fragmentação em regiões e sub-regiões, que eventualmente passam a ser controladas pelos senhores de guerras. Dos grupos de milícias podem ser destacados; Somali Salvation Democratic Front (SSDF), Somali Patriotic Movement (SPM), Somali National Movement (SNM), Somali Democratic Movement (SDM), Somali Manifesto Group (SMG), e Somali Democratic Alliance (SDA), (DECAMÕES, 2021; CARDOSO, 2015; FILHO, 2011). O vácuo de poder também permitiu a possibilidade da auto proclamação de independência de

³⁴ The overthrow of the Siad Barre regime was marked by open civil war, particularly between 1988 and 1991. Despite the establishment of the interim government of the United Somali Congress (USC) led by Ali Mahdi Mohammed.

Puntlândia em 1998, e de Somalilândia 1991, todavia, nenhuma dessas teve reconhecimento internacional.

Em relação ao conflito Sousa (2014), expõe que o conflito na Somália vai além do conflito estatal, e pode ser dividido em dois tipos; o que os atores do conflito brigam entre si e não tem envolvimento do Estado, e o que envolve um grupo de pessoas ou o próprio Estado, atacando a população civil.

Em julho de 1991, promovido pelo Djibouti, por Egito e Quênia (atores externos), foi assinado entre seis grupos políticos um acordo de cessar-fogo, mas a assinatura do acordo não contou com a participação do Movimento Nacional Somali (SNM)³⁵, com o acordo, Ali Mahdi Mohammed, líder da USC, é reconhecido como chefe do governo interino, porém ele tem sua liderança contestada dentro da USC, levando a uma divisão desse grupo, que resultou em uma luta pelo controle da capital, Mogadíscio. (DE CAMÕES, 2021; SOUSA, 2014).

Com a intensificação da guerra civil, da crise humanitária, e o fracasso das tentativas de resolução mediados por Djibuti em 1991, a ONU em abril de 1992, com a Operação das Nações Unidas da Somália I (UNOSOM), autorizou o envio de uma missão de operação de paz no país, o objetivo dessa operação era evitar uma catástrofe humanitária, ainda mais levando em conta que, cerca de 40% dos alimentos humanitários estavam sendo roubados por partes em conflitos na Somália. Todavia, a missão foi limitada em força devido à oposição do General Aidid, que autorizou apenas o envio de tropas menores, com medo que a ONU planejasse privá-lo da presidência (DE CAMÕES, 2021, SOUSA, 2014).

A complexidade dos conflitos levou a ONU ainda em 1992, a autorizar uma missão de paz em apoio à UNOSOM I com a Força Tarefa Unificada (UNITAF), a força tarefa contava com 37 mil soldados, deles, 27 mil dos soldados eram estadunidenses (DE CAMÕES, 2021; FILHO, 2011). Em 1993, sem informar o General Aidid, foi aprovada a UNOSOM II, ela contava com uma força autorizada de 28.000 soldados e mudança do mandato da missão alimentar a população a um grande projeto de construção nacional, incluindo o desarmamento de milícias (SOUSA, 2014, tradução nossa)³⁶. Sua tarefa era o restabelecimento da ordem,

³⁵ The SNM did not recognize the Mogadishu government, and on May 18, 1991 declared the northwestern Somali regions independent as the republic of Somaliland. Ethiopia supported the SNM (SOUSA, 2014, p.67)

³⁶An authorized force for 1993 of 28,000 personnel and the mission's mandate changed from feeding the population to a large nation-building project including the disarmament of militias.

entretanto, essa operação começou a sofrer ataques, os ataques levaram ao episódio que ficou conhecido como Black Hawk Down³⁷, esse episódio é um acontecimento importante não só para Somália, mas para a África como um todo, isso porque após o incidente as potências ocidentais se tornaram relutantes em se envolver nos conflitos no continente (CARDOSO, 2015). O ataque do Black Hawk resultou na retirada dos soldados estadunidenses, e em 1995, a retirada por parte da ONU da sua força de paz no país dando fim ao UNOSOM II, mesmo sem atingir o objetivo de restabelecimento de paz. Dado isso, pode ser visto que, as tentativas das Nações Unidas de conciliar as várias facções falharam e a introdução de forças de paz internacionais para apoiar as operações humanitárias resultou na retirada das unidades na sequência de confrontos sangrentos (FILHO, 2011). O abandono por parte da comunidade internacional da Somália após o Black Hawk Down, e o perigo que um Estado falido representa para a estabilidade da região, faz com que os países da região busquem por soluções para acabar com o conflito da Somália. E por isso em 1997, o Egito convocou uma conferência de reconciliação nacional que contou com a participação de vinte e oito representantes dos beligerantes (CARDOSO, 2015).

O conflito entre 1998, e os anos 2000, tem como característica vários confrontos de menor intensidade, principalmente no centro e sul de Somália, eles envolvem não só a USC/SNA e a USC/SSC (Somali Salvation Alliance), mas envolveu também uma série de outras forças, nos anos 2000, a frequência dessas lutas diminuem com a Conferência de Reconciliação da Somália. A conferência aconteceu com a iniciativa do presidente Ismail Omar Guelleh de Djibuti, nela foi realizada uma rodada de conversações sobre a paz e contou com a participação da sociedade civil, líderes religiosos e representantes dos clãs, e as partes presentes concordavam na criação de um Governo de Transição (TNG) (CARDOSO, 2015, SOUSA, 2014). Todavia, a tentativa de criação do Governo Nacional de Transição (TNG) foi falha e se mostrou incapaz de romper com a instabilidade no país visto que ela não foi aceita por alguns grupos como, o grupo Somali Salvation Democratic Front (SSDF), e o grupo Somali National Movement (SNM).

Em 2004, a participação da Intergovernmental Authority on Development (IGAD) nas negociações entre as partes em conflitos resultou na assinatura do

³⁷ Acidente ocorrido durante uma operação norte-americana no dia 3 de outubro de 1993, nele além das 18 tropas americanas que morreram, se estima cerca de 1,000 mortes de somalis.

Acordo de paz de Mbagathi, formando o Governo Federal de Transição (TFG), ele embora tenha o reconhecimento internacional, não conseguiu estabelecer controle sobre área significativa no país, e tem sua atuação restringida a cidade de Baidoa. Esse cenário de conflito fica ainda mais complexo em 2006, com o avanço da União das Cortes Islâmicas (UIC) assumindo o controle da capital, em resposta a isso, foi criada uma aliança entre os senhores de guerra que ficou conhecida como, Alliance for the Restoration of Peace and Counter Terrorism. Ainda assim, as tentativas internacionais de criar um acordo de partilha de poder entre o Governo Federal Transitório da Somália e o UIC falharam, e em dezembro desse mesmo ano a Etiópia assume controle de Mogadíscio e do Sul da Somália, que ficou ocupado por eles por dois anos. (DE CAMÕES, 2021; ESCOSTEGUY, 2011; OTAVIO, CARDOSO, 2014).

Em janeiro de 2007, a UIC é finalmente derrotada militarmente, como consequência da derrota, se dividiu em dois grupos, a Aliança para Re-libertação da Somália (ARS), liderada pelo Sheikh Sharif Sheik Ahmed, e o Harakat Al-Shabaab Al-Mujahideen, com liderança de Aden Hashi Farah Ayro, desses grupos, ARS foi por meio de acordos de paz incorporado ao TFG, já o Al-Shabaab, foi uma das principais resistências contra os etíopes no país, além disso, ele era originalmente uma ala militante da UCI (DE CAMÕES, 2021). É nesse contexto que o Conselho de Segurança das Nações Unidas autoriza que a União Africana criasse uma missão de manutenção à paz na Somália, que resultou na criação da Missão Africana na Somália (AMISOM).

4.4- A AMISOM.

O desenvolvimento da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), precisa ser entendida pela falha da IGAD em implantar um modelo eficiente de combate aos conflitos somalis, isso junto à deterioração do processo de paz na Somália, e ao aumento do apoio à uma missão de paz que mostrasse capaz de resolver esse problemas dão abertura para a criação da AMISOM. Com a

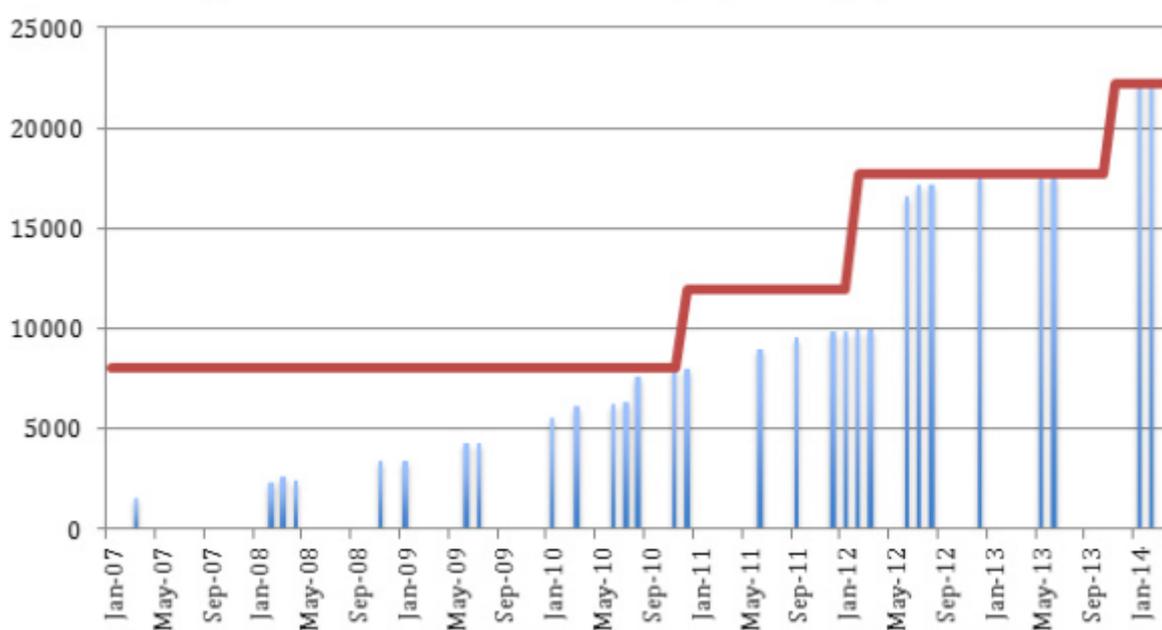
autorização do Conselho de Segurança, adotando a resolução 1744, criou-se em 19 de janeiro de 2007, a Missão Africana na Somália (AMISOM), ela é uma missão regional destinada à paz (peacekeeping) e conta com dois fatores importantes que contribuíram para sua existência, eles são, a retirada das forças armadas da Etiópia quando IGAD não consegue instalar a paz na região, e o receio da ONU em se envolver nos conflitos somalis depois dos anos 1990, e o episódio do Black Hawk Down, e a sua criação é para apoiar o TFG na estabilização do país. Ela é dividida em três componentes, o policial, o civil e o militar, e é liderada por um representante do presidente da Comissão da União Africana, a sua força tarefa contou inicialmente com a autorização de uma força tarefa de 8.000 soldados para proteger o pessoal e as instituições governamentais de transição, e esse pequeno componente policial foi designado para orientar e treinar a Força Policial da Somália, mas poucos deles foram realmente enviados antes de 2011, por causa da situação que se encontrava o país (OTAVIO; CARDOSO, 2014; MAYS, 2009; WILLIANS, 2013).

O primeiro mandato da AMISOM foi determinado na 69ª reunião do Conselho de Paz, para apoiar o Governo de Transição (TFG). Segundo a UA (2007), seu mandato seria de 6 meses, com a possibilidade de renovação, nesse período União entendia que a AMISOM deveria, apoiar as TFI nos seus esforços de estabilização da situação do país; facilitar a prestação de assistência humanitária; e criar condições propícias para a estabilização, reconstrução e desenvolvimento a longo prazo na Somália, e deve estar preparada para realizar as seguintes tarefas.

- Apoiar o diálogo e a reconciliação na Somália, trabalhando com todas as partes interessadas.
- Fornecer, conforme apropriado, proteção às TFIs e suas principais infra-estruturas, para capacitá-los a desempenhar suas funções;
- Auxiliar na implementação do Programa Nacional de Segurança e Estabilização da Somália, particularmente o efetivo restabelecimento e treinamento de forças de segurança somalis inclusivas, tendo em conta programas que já foram implementados por algum dos seus parceiros.
- Fornecer, dentro das capacidades e conforme apropriado, informações técnicas e outras de apoio aos esforços de desarmamento e estabilização.
- Monitorar, nas áreas de implantação de suas forças, a situação de segurança, operações, incluindo de repatriamento e reintegração de refugiados.
- Proteger seu pessoal, instalações e equipamentos, incluindo o direito da defesa pessoal. (UNIÃO AFRICANA, 2007)

A força inicial da AMISOM contava com aproximadamente 1.600 soldados da Uganda, em dezembro de 2007, se juntam a esses soldados um batalhão de tropas do Burundi, depois disso, a missão foi crescendo gradualmente, todavia, é difícil para a missão alcançar os seus objetivos visto que dos 55 Estados-membros da UA, apenas Burundi, Djibouti, Quênia, Uganda e Etiópia contribuem com tropas, e apenas Quênia, Nigéria, Serra Leoa, Uganda Zâmbia e Gana, enviam polícias, mas ainda assim, é a missão mais longa e também a mais cara da UA (DE CAMÕES, 2021; WILLIAM, 2013). Até o ano de 2013, a Somália contava com cerca de 18.000 soldados, como mostra a Figura 8, atualmente a Somália conta com cerca de 20,000 mil tropas e 1,000 oficiais da polícia (ADF, 2021).

Figura 8 - Forças implantadas de 2007-2013



Fonte: Williams (2015)

Originalmente a União previa que após esses primeiros seis meses, prazo inicial que foi determinado na resolução de 2007, que a operação de peacekeeping da ONU substituiria a AMISOM, mas isso não veio a ocorrer, ao invés disso, a AMISOM teve apoio político da ONU para continuar ativa. Em 2008, através da mediação da ONU foi assinado o Acordo de Djibuti entre GFT e a ARS/ICU, o acordo estipulava, cessar-fogo, a retirada das forças da Etiópia, e o envio de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas. Com a retirada das forças etíopes, as tropas de Burundi e Uganda passam a ser as principais forças para

impedir a invasão do TFG por al-Shabaab, não apenas isso, mas, com a retirada das tropas da Etiópia o ataque a AMISOM também aumenta, e para compensar essa retirada das tropas etíopes, em abril de 2009, à partir da Conferência Internacional da Somália em Bruxelas, foi decidido o aumento da taxa de reembolso da AMISOM, com essa decisão de aumento, a taxa de reembolso passa de US \$500 dólares para US \$1028 dólares por soldado, este aumento contribuiu para renovar o interesse dos países contribuintes à missão (SOUSA, 2014; WILLIANS, 2013).

Figura 9 - MAPA POLÍTICO DA SOMÁLIA



Fonte: Menkhaus (2006, p. 6)

Durante os anos de 2009 e 2010, a intensidade dos conflitos aumentam entre al-Shabaab e GFT, e entre al-Shabaab e Ahlu Sunna Waljama'a, além disso, a AMISOM e o grupo de al-Shabaab entram em um impasse, porque um não

conseguiria derrotar decisivamente o outro. Na tentativa de enfraquecimento do seu inimigo, al-Shabaab realiza dois atentados suicidas em julho de 2010, em Kampala, mas eles não tem o efeito desejado, visto que, ao invés da retirada das tropas que era o que eles queriam, a Uganda como resposta enviou ainda mais tropas para Mogadíscio. Nesta fase, o conflito tinha uma configuração religiosa muito ligada às políticas dos clãs, ao lado de uma força internacional tentando o restabelecimento de um governo funcional. Para isso, desde 2010, houve duas intervenções militares adicionais, uma por parte da Etiópia e outra por parte do Quênia, a Etiópia interveio do Ocidente e a Quênia no sul ao longo de sua fronteira, desde então os governos da Etiópia, Uganda e Quênia, com cooperação dos Estados Unidos intensificaram suas operações de combate na Somália (DE CAMÕES, 2021; SOUSA, 2014; WILLIANS, 2013).

Em setembro de 2013, Al-Shabaab realizou o seu maior atentado fora da Somália, ao invadir um centro comercial de propriedade israelense em Nairóbi, esse atentado deixou 200 pessoas feridas e matou 67 pessoas, como resposta ele ocorreu a intensificação das operações de combate por parte do governo da Quênia, e também nesse ano, o centro e sul da Somália passaram a ser controlados pela AMISOM (DE CAMÕES, 2021; CARDOSO, 2015). Em 2014, com a resolução 2182 do Conselho de Segurança, a União Africana continua sua missão na Somália até novembro de 2015, o CSNU também autoriza que se tome qualquer medida necessária para apoiar o diálogo e a reconciliação.

Decide autorizar os Estados Membros da União Africana (UA) a manter, até dia 30 de novembro de 2015, o desdobramento da AMISOM, conforme estabelecido no parágrafo 1 da Resolução 2093 (2013), em consonância com o pedido do Conselho de Segurança à União Africana para um nível máximo de 22.126 soldados, que estarão autorizados a tomar todas as medidas necessárias, em total acordo com as obrigações dos Estados Membros sob o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, e em total respeito à soberania, integridade territorial, independência política e unidade da Somália, para executar seu mandato.
(PE-Poder Executivo Federal, 2015).

Em agosto de 2017, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a resolução 2372 permitindo transferência gradual das responsabilidades de segurança da AMISOM para as forças de segurança da Somália, dependentes das forças de

segurança da Somália e do progresso político e de segurança da Somália (AMISOM, 2021, tradução nossa)³⁸.

Em relação às dificuldades e ao sucessos da AMISOM, focando primeiramente nas dificuldades, segundo Williams (2013), a AMISOM enfrenta 7 desafios, eles são; o pessimismo internacional inicial e generalizado sobre as perspectivas de sucesso da missão; problemas de coordenação interna entre a componente da missão; falta de um parceiro local confiável para empreender uma campanha contra insurgência; problemas de coordenação estratégica entre parceiros externos; a natureza das forças inimigas que enfrentam a AMISOM, especialmente a al-Shabaab; falta de capacidade e recurso relevantes da AMISOM para executar as suas tarefas atribuídas; e por último os desafios de facilitar estruturas de governo legítimas e eficazes, em especial a partir de 2011 quando a AMISOM passa a atuar além do Mogadíscio. Além disso, de acordo com De Camões (2021), a falta de uma discussão profunda sobre como a AMISOM seria executada é um dos principais motivos para a necessidade de evolução desde a sua criação, ainda mais levando em conta que a sua criação em 2007, se deu para ser apoio ao GFT.

Outra dificuldade enfrentada pela AMISOM é em relação aos recursos, embora a UA tenha recebido inúmeras promessas de financiamento, a organização declarou que ainda faltam fundos para cobrir totalmente a AMISOM (MAYS, 2009, tradução nossa)³⁹, a União Europeia, por sua vez, reduziu o apoio em 20% em 2016, e em 10% por ano desde então (ADF, 2021).

No âmbito interno, pode ser notado a falta de compromisso dos Estados-membros da União Africana com a missão da AMISOM, devido a essa falta de compromisso, pode ser notado que, a maioria dos membros da UA carece de vontade política para participar da AMISOM, enquanto eles fornecem apoio político para a unidade dentro da UA, muitos não cumprem as promessas de fornecer contingentes de soldados da paz para a operação (MAYS, 2009, tradução nossa)⁴⁰.

³⁸ In August 2017, the UN Security Council issued resolution 2372 enabling the gradual handing over of security responsibilities from AMISOM to the Somali security forces contingent on abilities of the Somali security forces and political and security progress in Somalia.

³⁹ Although the AU received numerous pledges of cash, the organization declared it was still short of funds to fully cover AMISOM.

⁴⁰ Most AU members lack the political will for participation in AMISOM. While they provide political support for unity within the AU, many do not fulfill pledges to provide contingents of peacekeepers for the operation.

Quanto aos sucessos da AMISOM, ela consegue criar um ambiente relativamente mais seguro na Somália, e o seu componente militar é essencial para o combate do Al-Shabaab, não apenas isso, mas a criação desse ambiente relativamente seguro por parte da Missão ajudou para a formação de um governo em 2017, possibilitando a eleição do ex-ministro Mohamed Abdullah Farmajo, como presidente da Somália pelo parlamento, e essa eleição deve marcar o fim de um processo eleitoral adiado em várias oportunidades e marcado por acusações de corrupção e manipulação (G1, 2017).

De acordo com De Camões (2021), a AMISOM de fato alcança algum sucesso quanto a manutenção da paz e também contribui para a estabilização, sendo importante para o futuro da Somália, além disso, ela é também um bom exemplo de iniciativa de solução africana para problemas africanos, mesmo que conte com recursos internacionais. Ainda segundo De Camões (2021), a responsabilidade de restauração da paz e de manutenção da paz na Somália não tem sido feita e não pode ser feita apenas com a AMISOM, assim, a UA para obter sucesso nas suas ações na região ainda precisa do apoio da ONU e outras ajudas externas.

Atualmente a União Africana na Somália (AMISOM) está sendo substituída efetivamente pela Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS), de acordo com a decisão do PSC na sua 1068^a em 08 de março de 2022, a ATMIS vem para apoiar o Governo Federal da Somália na implementação do Plano de Transição da Somália (UA, 2022). Seu processo de transição segundo a União Africana (2022) vai ser implantado por quatro fases; reconfiguração; operações conjuntas de limpeza e moldagem, e a entrega de algumas bases operacionais para as Forças de Segurança da Somália; a entrega do restante das bases avançadas para as Forças de Segurança da Somália; e por fim, a retirada e liquidação da ATMIS.

Na declaração do Presidente da Comissão da UA, S.E Moussa Faki Mahamat, diz que.

A AMISOM, obteve ganhos significativos nos últimos 15 anos em apoio ao surgimento de um Exército Nacional Somali capaz, uma força Policial Somali profissional e instituições federais. Este novo mandato de missão adaptado reflete a evolução da situação do país e o compromisso contínuo da União Africana de apoiar a nação irmã da Somália em sua busca para restaurar a paz, segurança e estabilidade duradouras. (UA, 2022).

Por fim, embora a transição para uma nova missão seja um processo complexo, os parceiros internacionais da Somália estão comprometidos com o sucesso da ATMIS, para que a Somália possa alcançar paz e reconciliações duradouras. (UA, 2022, tradução nossa)⁴¹.

⁴¹ The Federal Government of Somalia, and Somalia's international partners are committed to success of ATMIS to assist Somalia achieve durable peace and reconciliation and to ensure significant strides towards economic and social development

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Embora às vezes seja visto como um continente homogêneo, a África está longe disso e, consiste de diversas culturas e etnias diferentes, esse é um dos motivos do porque quando se fala em África, não se pode deixar de entender que ela abrange um cenário complexo. Essa vasta diversidade de crenças e culturas, é um grande fator a ser considerado quando se fala do que seria a representação de uma África unificada e um motivo do porquê os Estados africanos acabam visando ideais diferentes para isso, outrossim, a característica de diversidade africana é também reflexo de como seu território foi constituído. Outro ponto importante é, que mesmo com as descolonizações ainda podem ser vistos vestígios da colonização e os diversos desafios que eles trouxeram para que esses novos Estados pudessem se estabelecer. Todavia, mesmo com as diferenças e com suas dinâmicas complexas, os seus problemas podem também possuir raízes comuns por fatores econômicos e sociais, e esses conflitos influenciam diretamente na sociedade africana.

Quanto a Organização da Unidade Africana, ela é marcada pelo pan-africanismo, e veio como resposta africana ao mundo bipolar causado pela Guerra-Fria, além disso, ela é ator importante quando se fala em rompimento da dominação colonialista no continente, isso porque teve papel ativo na luta contra o colonialismo e na aceleração do processo de descolonização dos países que ainda estavam nas mãos dos europeus, levantando longas campanhas sobre o assunto, além do mais, ela também foi um ator importante para o fim do Apartheid na África do Sul. Sua atuação, entretanto, foi limitada, e suas tentativas de apaziguamento não foram eficientes o suficiente quando o assunto era a atuação dentro do continente e nos conflitos que se criavam, visto isso, a sua posição de não intervenção em assuntos domésticos de seus países membros, pode ser um fator a ser considerado quando o assunto é a dificuldade de atuar mais ativamente, isso porque, ao ser barrada a oportunidade de intervenção nos assuntos domésticos, também é barra a possibilidade de intervenção da Organização em diversos conflitos que se criavam. Além disso, o novo cenário que se instala no pós Guerra-Fria deixa ainda mais evidente as dificuldades da OUA em cumprir efetivamente seu papel, logo, dá abertura para a idealização de uma nova organização que fosse substituir a OUA, e que viesse atuar mais ativamente.

A criação da União Africana em 2002, a sucessora da OUA, trouxe diferenças no modo de lidar com os conflitos africanos e, trouxe um grande diferencial em relação à organização anterior, esse diferencial seria a possibilidade de agir em seus países membros, caso haja necessidade, por exemplo, em situações de guerra e genocídios, o que como consequência, aumenta a possibilidade de intervenções e de missões de paz no continente. Outra diferença importante é a idealização da Arquitetura da Paz e Segurança Africana (APSA), e da utilização dos mecanismos criados junto à APSA para obter uma atuação mais eficaz nesses conflitos. Em relação a essa nova forma de atuação, Burundi foi importante quanto a sua construção, isso porque foi o primeiro ato de intervenção da recém criada União Africana, colocando à prova sua capacidade de gerenciamento e de resolução dos conflitos através do novo mecanismo adotado. A Missão Africana no Burundi (AMIB), então, mesmo com dificuldades pode ser vista como uma missão extremamente positiva para a UA, isso ocorre porque, a realização da missão de paz pela AMIB no Burundi foi importante para a estabilização do país e para a criação de condições de segurança que possibilitasse a Organização das Nações Unidas em estabelecer uma missão de paz. Além disso, essa primeira missão foi importante para o avanço da União e se tornou modelo de como se daria o peacekeeping em futuras missões da UA.

Quanto a missão na Somália, a AMISOM, foi a missão mais longa da União, enquanto a missão no Burundi durou entre os anos de 2003 e 2004, e acaba ao conseguir garantir um certo nível de estabilidade para que a ONU pudesse atuar no país, a AMISOM, que primeiramente partia do mesmo princípio de ser uma missão de estabilização, se estendeu e perdurou até 2022, que é quando ela deixa de existir e dá lugar para uma missão de transição a ATMIS. Em relação a sua atuação, embora com diversos obstáculos e dificuldades, ela ainda assim consegue estabelecer certa condição de estabilização, isso pode ser visto pelo estabelecimento de um governo em 2017 com a eleição de Mohamed Abdullah Farmajo, e também pelo fato dela conseguir dar espaço para uma missão de transição, assim como visto atualmente, com a retirada da AMISOM para dar lugar a ATMIS.

Ademais, as suas missões mostraram coisas importantes em relação à União Africana, delas podem ser citadas, a dificuldade no começo das missões em atingir a quantidade ideal de soldados para a realização da missão, e a falta de

comprometimento às vezes dos próprios Estados-membros em relação às missões da UA. Além deles, outro fator importante é a questão monetária, e com isso a falta de recursos suficientes em alguns casos para que a sua atuação seja eficiente, este podendo ser relacionado a falta de compromisso de alguns Estados-membros com a União. A falta de ajuda monetária não é novidade, e pode ser apontada também como um obstáculo que a OUA enfrentou quando estava ativa. A consequência da falta de dinheiro é a dependência da União a ajuda estrangeira, isso pode ser apontado principalmente quando observado a importância da União Europeia como contribuidor de fundos à União. Essa dependência do dinheiro estrangeiro não é o ideal, ainda mais quando considerado que esse dinheiro faz com que interesses externos possam ser considerados quando pensado nas próximas ações da União e como serão utilizados os seus fundos. Outra fragilidade da APSA, é em relação a ASF que é um mecanismo importante de resposta aos conflitos, e que necessita de uma mobilização rápida dos Estados-Membros para obter uma resposta eficaz, dessa forma, pode ser concluído que, dos desafios enfrentados pela União Africana e da APSA, alguns deles são, algumas dificuldades administrativas e o orçamento por vezes deficiente.

Assim, pode ser concluído que, embora com algumas falhas e com a necessidade de ajustes em alguns pontos da União, ela em seus 20 anos de existência, ainda assim tem dentro do continente africano uma ação mais ativa e eficaz, quando comparada a sua antecessora, a OUA, e embora os seus obstáculos, ela continua sendo uma importante demonstração de resposta africana nos conflitos em seu território, e em evidenciar que é possível haver uma resposta eficiente por parte dos africanos para os seus problemas, é que para o seu sucesso é necessário o comprometimento dos Estados-Membros com a União e com as missões em que ela irá atuar.

Por fim, embora ainda seja longo o caminho a percorrer para que a segurança na África e o apaziguamento de seus conflitos seja uma realidade, no que tange o trabalho e a sua análise, ele buscou mostrar a atuação da União Africana no Burundi, entre os anos de 2003 - 2004, e a sua atuação na Somália em 2007, dado isso, pode ser visto que, mesmo que ainda possam ser apontados dificuldades em ambos os países, e que ainda seja longo o caminho para que eles possam de fato cessar suas crises, a atuação da UA nesses conflitos durante esse período, mesmo que possa não ter atingido todos os seus objetivos, foi eficiente. No caso do Burundi,

assim como citado anteriormente, o objetivo da sua primeira missão de paz com a AMIB, era de estabilização suficiente para a ONU entrar com uma missão de paz, e isso ocorreu em 2004, e a ONU conseguiu instalar sua missão de paz. Quanto ao caso da Somália, embora a pretensão de atuação da União fosse parecida com a do Burundi, ou seja, de estabilização para a instalação de uma outra missão, não é o que ocorreu e a AMISOM acabou permanecendo por todos esses anos, sendo substituída apenas em 2022, e mesmo que o país ainda encare alguns problemas, uma certa estabilização, que era o motivo inicial da AMISOM, realmente aconteceu, isso pode ser visto com a instalação de um governo em 2017, com a conquista de alguns territórios pela AMISOM, e com a criação de uma missão de transição que dá lugar a AMISOM.

De maneira geral então, o trabalho tenta entender a importância da criação da União Africana na manutenção da paz, além disso, como a reformulação por parte da União e da maneira de se lidar com os conflitos africanos, e a adoção da Arquitetura da Paz e Segurança Africana, e de seus mecanismos como o PoW, PSC, ASF, e da possibilidade de intervenção, trouxeram grande diferencial de como a União lida com os conflitos quando comparada a Organização anterior. Desse diferencial, pode ser observado que, a possibilidade de atuar em situações domésticas, mesmo com falhas, de fato se mostrou um instrumento importante para atuação da União, e para que eventualmente a União consiga cessar as situações de crise, e que ela pudesse ser colocada como liderança quando o assunto é a luta contra as crises do continente, além do mais, a criação desse tipo de organização é importante para que os Estados Africanos possam ser os atores principais nas lutas contra os conflitos do continente, e para que as missões de paz continuem sendo realizadas.

REFERÊNCIA

ABEGUNRIN, OLAYIWOLA. **Africa in Global Politics in the Twenty-First Century**. New York, NY: PALGRAVE MACMILLAN, 2009. ISBN 978-0-230-61890-9

ABRAHAAM, Kabede. **African Union Mission in Somalia (AMISOM) transitions to African Union Transition Mission in Somalia (ATMIS)**. *African Union*, [s. l.], 5 abr. 2022. Disponível em: <https://peaceau.org/en/article/press-release-african-union-mission-in-somalia-amisom-transitions-to-african-union-transition-mission-in-somalia-atmis>. Acesso em: 23 nov. 2022

Acto Constitutivo da União Africana, 2000, disponível em : https://au.int/sites/default/files/treaties/7758-treaty-0021_-_constitutive_act_of_the_african_union_p.pdf acesso em: 11.set .2021

ACOSTA, Maria Elena Álvarez. **África Subsahariana: Sistema capitalista y relaciones internacionales**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011. 541 p. ISBN 978-987-1543-65-6

AFRICAN Union, Conflict Resolution, **Peace and Security**, 2020, disponível em: <https://au.int/en/conflict-resolution-peace-security>. Acesso em: 14, nov. 2022.

AFRICAN Union, **Peace Fund**, 2021. Disponível em :<https://au.int/en/aureforms/peacefund>. Acesso em: 14, nov. 2022.

African Peace And Security Architecture (APSA) 2010 Assessment Study. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf> acesso: maio. 2022

African Union Transition in Somalia. Disponível em : <https://atmis-au.org/the-transition-process/>. Acesso em: 20 nov. 2022

African Union Mission in Somalia. Disponível em: <https://amisom-au.org/amisom-background/>. Acesso em 22 nov. 2022

ANDRIOTTI,, Luiza *et al.* **A FORMAÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS: CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADE ESTATAL A FORMAÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS**:. RIPE, Relações Internacionais para educadores, [S. l.], p. 1-29, 21 [s.d] .Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/44643898/Spohr__Andriotti__Cerioli_-_Formacao_dos_Estados-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1631537614&Signature=G-luW0AYuIIXW8VM7M5~rKduFkJFe9sTG~uHNtDdFZK32am7T~C2Run87kCOU3ZqyPs71QoSZUVHaaSXlxHKx5fuFOEKBRsiLVpo8W-zqGaE50CwaThAW6xVw7trgZcZNFVdaMnmlNvoachHjkmYDEDAOMycfPzmCs5N1jG0D237KPKluq-BvC-rofw1vIHAAt8PAYk2hVxVmlbphEkbhvwLts0E9qYThzRsnnY11TK9Rr9xTm3twqE6K4VKR6KbZ08boF6TIS7Mlf

YNEN~d5LfAg1vtPHZXJi6txVQ7-gf3Hh7h3sFXrIjYs~8zXtf9jyDol-7w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 11 set. 2021.

AKOKPARI, John. **ÁFRICA DO SUL E A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA: VELHAS RESPONSABILIDADES E NOVOS DESAFIOS.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 30-50, dez. 2016.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino; CISSÉ, Mamadú. **O legado dos pan-africanismos na união africana: breves reflexões sobre desafios e perspectivas para os estados africanos.** Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, [S. l.], v. 05, n. 5, p. 178-197, 8 abr. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Marcela/Downloads/44816-133305-1-PB.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022

APPIAH, Juliana Abena. **AVALIANDO A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA (APSA) A PARTIR DE UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA E PELA DIFERENÇA QUE FEZ NA ÁFRICA DESDE 2002.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 49-66, jun. 2018.

ARQUITETURA de Paz e Segurança Africana: é necessário reorientar o apoio da UE. **Tribunal de Contas Europeu**, Luxembourg, 2018. Disponível em: https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR18_20/SR_APSA_PT.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

Arusha Peace and Reconciliation Agreement for Burundi, 28 ago. 2000. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/BI_000828_Arusha%20Peace%20and%20Reconciliation%20Agreement%20for%20Burundi.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022

BANZE, VASCO ALBERTO. **DESAFIOS DA COOPERAÇÃO INTRA-REGIONAL E PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO TRIPARTIDA ENTRE SADC-EAC-COMESA: AVALIAÇÃO DAS IMPLICAÇÕES PARA SADC.** Orientador: Dr. André Luiz Reis da Silva. 2020. 210 f. Tese (Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, PORTO ALEGRE, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Marcela/Downloads/CERTIFICADO/001120682.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022

BERNARDINO, Luís. **Uma Perspectiva da “Nova” Conflitualidade Africana.** Nação e Defesa, [S. l.], n. 119, p. 107-140, 2008.

BOSHOF, Henri; VREY, Waldemar; RAUTENBACH, George. **The Burundi Peace Process: From civil war to conditional peace.** Pretoria, South Africa: Buitenlandse Zaken, 2010. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Mono171.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CAMPOS, PRISCILA BASTOS ANTUNES. **A UNIÃO AFRICANA SOB A ÓTICA DO LIBERALISMO INSTITUCIONAL: A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NA ÁFRICA.** Orientador: Raquel Boing Marinucci. 54 p. Monografia (Bacharelado em

Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2015.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **ANÁLISE DA ARQUITETURA AFRICANA DE PAZ E SEGURANÇA: O PAPEL DA IGAD NA ESTABILIZAÇÃO DO CHIFRE DA ÁFRICA.** Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini. 2015. 212 f. Monografia (Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARDOSO, Nilton César Fernandes; DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. **Operações de paz africanas: as experiências da OUA e da UA.** Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 7, n. 2, p. 334-370, ago. 2018.

CHITIGA, Rudo. **Strengthening Popular Participation in the African Union: A Guide to AU Structures and Processes.** [S. l.]: Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), Oxfam Copyright, 2010. 66 p. ISBN 978-1-920355-24-1.

COMMUNIQUE OF THE 69th MEETING OF THE PEACE AND SECURITY COUNCIL, disponível em : <http://www.peaceau.org/uploads/communiqueeng-69th.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/role-peacekeeping-africa>. Acesso em: 08 dez, 2022.

DA ORGANIZAÇÃO de Unidade Africana à União Africana. **Janus anuário de relações exteriores,** [s.l.], 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1039/1/Da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Unidade%20Africana%20C3%A0%20Uni%C3%A3o%20Africana.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DE CAMÕES, LUÍS. **OS DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA UNIÃO AFRICANA.** Orientador: Luís Valença Pinto. 2021. 145 p. Dissertação (Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais) - UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5404/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Corrigida.pdf>. Acesso em: 30 maio de 2022.

DIALLO, Alfa Oumar. **Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana.** Espaço Jurídico, Unoesc, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 7-20, jul. 2005.

DÖPCKE, WOLFGANG. **A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.** Rev. Bras. Polít. Int, Brasília, p. 77-109, 10 fev. 1999

ESCORREGA, Luís Falcão. **A Arquitectura de Paz e Segurança Africana.** Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares, [s. l.], p. 1-35, 15 jul. 2010. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30238644/7._Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_-_Boletim_IESM_%282010%29-libre.pdf?1363452030=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DArquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana.pd

f&Expires=1669752669&Signature=VyMrCkOITFzRyEkEykoilL3ewrGOBlaFYiPXPf8Aok
 KMtvFrYVHqn0NaS2PyLInJvFyJuGCPTQ7ERDkES0hc~ypCF00sbT7t3KMygeX7qAyv
 R32jnDOrB3xfOUDd0jmhjwVK~RLgXopZ-oPaeUVUxNnYjm4KwwhRFI4sUdTCtQoWke
 SXYxkrSKi2yt9BorKBQVJbtI5the3W-FdcMlwgJhlcJ5d5PAcuOXUODpDcooNxdRHuks
 Jubuu5fjB~kqe4WkOQxtSJKmViqPMwWhP4Yz4AaqQmsy0uu256jhwABQnuVbIBbO5
 C9vtL~5he7x4fXCYJ3OWp-U8yHkmL95gfVDg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV
 4ZA. Acesso em: 29 nov. 2022

ESCORREGA, Luís Falcão. **African Peace and Security Architecture: a Strategic Analysis.** Nação e Defesa, [S. l.], n. 133, p. 213-234, 1 mar. 2012

ESCOTEGUY, Pedro. **A nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança: Implicações para o multilateralismo e para as relações Brasil com a África.** 327.3(81:6). ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 200 p. ISBN 978.85.7631.316-8.

FERNANDES, Joel Aló. **A CONSOLIDAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOVOS HORIZONTES DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA VIABILIZAR O MERCADO COMUM DA ÁFRICA.** Orientador: Prof^a. Dr^a. Odete Maria de Oliveira. 2012. Tese (Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100975/309993.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2022

FILHO, Pio Penna. **Guerra e fome na Somália.** Meridiano, [S. l.], v. 12, n. 128, p. 42-49, 20 dez. 2011.

KLOBUCISTA, Claire; RENWICK, Danielle. **The role of Peacekeeping in Africa.** Council on Foreign Relations, [s. l.], 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/role-peacekeeping-africa>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MAYS, Terry. **The African Union's African Mission in Somalia (AMISOM): Why Did It Successfully Deploy Following the Failure of the IGAD Peace Support Mission to Somalia (IGASOM)?**. Peace Operations Training Institute, [S. l.], p. 1-41, 25 mar. 2009
 La Charte de Casablanca. 7 jan, 1961. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0018000007>. Acesso em: 15 nov, 2022.

MAZRUI, Ali A *et al.* **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA** • Viii: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p. ISBN 978-85-7652-130-3.

MENKHAUS, Ken. **Somalia: State Collapse and the Threat of Terrorism.** London: Routledge, 2006. ISBN 0-19-851670-3. Disponível em: file:///C:/Users/Marcela/Downloads/9781315000626_previewpdf.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022

MOHAMMED, Limi. **Panel of the Wise (PoW).** African Union, [s. l.], 24 abr. 2018. Disponível em: <https://www.peaceau.org/en/article/panel-of-the-wise>. Acesso em: 11 nov. 2022

MOTJOPE, MAHLOMOLA VICTOR. **A CRITICAL ASSESSMENT OF THE EVOLVING AFRICAN UNION - UNITED NATIONS COOPERATION ON PEACE AND SECURITY: 2003 - 2009**. Tese (Mestrado de estudos diplomáticos) - University of Pretoria, [S. l.], 2011. p. 108

NWOZOR, Agaptus. **UNIÃO AFRICANA, CONSTRUÇÃO DO ESTADO E OS DESAFIOS DA FRAGILIDADE ESTATAL NA ÁFRICA**. Ustral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 69-90, jul. 2018

OLIVEIRA, ARIANA BAZZANO DE. **O FIM DA GUERRA FRIA E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA**. AURORA, [S. l.], n. 5, p. 68-79, 10 dez. 2009.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Resolutions adopted by the first conference of independent african heads of state and government held in Addis Ababa**. Ethiopia, from 22 to 25 may, 1963. Disponível em : https://au.int/sites/default/files/decisions/32247-1963_cias_plen_2-3_cias_res_1-2_e.pdf. Acesso : 01 dez, 2022.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Resolutions adopted by the first ordinary session of the assembly of heads of state and government held in Cairo, UAR**, from 17 to 21 July, 1964. Disponível em; https://au.int/sites/default/files/decisions/9514-1964_ahg_res_1-24_i_e.pdf. Acesso em 01 dez, 2022.

OTAVIO, Anselmo; CARDOSO, Nilton César Fernandes. **REFLEXÕES ACERCA DA PRIMEIRA DÉCADA DA UNIÃO AFRICANA: DA TRANSFORMAÇÃO À ATUAÇÃO NO BURUNDI, NO SUDÃO E NA SOMÁLIA**. Revista Conjuntura Austral, [S. l.], v. 5, n. 26, p. 45-66, 20 out. 2014

OTAVIO, Anselmo *et al.* **O Papel Da União Africana Na Estabilização Do Burundi**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 11, n. 20, p. 89-114, . 2015

PEACE Fund. **African Union**,[s.l; s,d].Disponível em: <https://au.int/en/aureforms/peacefund>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PE - PODER EXECUTIVO FEDERAL. DECRETO nº 8525, de 29 de setembro de 2015. **PORTAL DE LEGISLAÇÃO**. [S. l.], 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/231463-embargo-de-armas-apli-cuvel-u-somulia-dispue-sobre-a-execuuuo-no-territurio-nacional-da-resoluuuo-2182-2014-de-24-de-outubro-de-2014-do-conselho-de-seguranua-das-naues-uni.html>. Acesso em: 23 nov. 2022

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **MANUAL DO CANDIDATO POLÍTICA INTERNACIONAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 356 p. ISBN 978-85-7631-181-2

PEDRA , Gabriel Macário. **A União Africana no séc. XXI: sua Arquitetura de Paz e Segurança e a AMISOM**. Orientador: José Flávio Sombra Saraiva. Artigo

(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEDROSA, Lorena Salgado. **EXAME DAS MISSÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ PELA ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA-APSA**. Relações Internacionais Contemporâneas, Rio Grande: Editora da Furg, 2021. 21-44 p

PRESSE, France. **Ex-premiê é eleito novo presidente da Somália**. G1, [s. l.], 8 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ex-premie-e-eleito-novo-presidente-da-somalia.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente**. Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 12-234, set. 2008

PONTES, Marcos Rosas Degaut. **O QUE É SEGURANÇA?**. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, n. 9, p. 9-28, maio 2015.

PORTO, João Gomes. **A Nova Arquitectura de Segurança Africana: O alerta antecipado no seio da União Africana**. Institute for Security Studies, Pretória, África do Sul, p. 1-11, [s.d].

PORTO, João Gomes; NGANDU, Kapinga Yvette. **The African Union 's Panel of the Wise: A concise history**. Durban, South Africa: ACCORD, 2015. 189 p. Disponível em: <http://www.peaceau.org/uploads/aupow-book2-.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022

Protocolo sobre o estabelecimento sobre o conselho de Paz e Segurança da União Africana, 9, Jun. 2002 disponível em : https://au.int/sites/default/files/treaties/37293-treaty-0024_-_protocol_relating_to_the_establishment_of_the_peace_and_security_council_of_the_african_union_p.pdf acesso em : 28. maio. 2022

Protocolo sobre Emendas ao Acto Constitutivo da União Africana, 11 jun. 2003. Disponível em: https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/6435/2003%20July%202011%20Protocol%20on%20Amendments%20to%20the%20Constitutive%20Act%20_P.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 out. 2022

QUAL Será O Futuro Da AMISOM?. ADF, [s. l.], 17 nov. 2021. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2021/11/qual-sera-o-futuro-da-amisom/>. Acesso em: 22 nov. 2022

RABELO, Caio Leite; GUIMARÃES, Natália Cordeiro. **Uma Renascença? Protagonismos Na União Africana**. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Puc-RIO, v. 7, n. 2, p. 39-50, fev. 2014. Relatório Especial Arquitetura de Paz e Segurança Africana: **é necessário reorientar o apoio da UE**. 2018. Disponível em: https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR18_20/SR_APSA_PT.pdf acesso em: maio. 2022

RODT, Annemarie Peen. **The African Mission in Burundi: The Successful Management of Violent Ethno-Political Conflict?**. *Ethnopolitics Papers*, [S. l.], p. 1-29, maio 2011. Disponível em: https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/page-files/EPP010_0.pdf. Acesso em: 7 nov. 2022.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **"Defesa" ou "Segurança" ? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias**. *CONTEXTO INTERNACIONAL* –, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 407-433, fev. 2012

SANTOS, Luís Ivaldo Villafane Gomes. **A Arquitetura de Paz e Segurança Africana**. 327.5(6). ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 204 p. ISBN 978.85.7631.320-5.

SILVA, Edvan Carneiro da *et al.* **ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**. *Revista do Mestrado em Direito*, [S. l.], p. 147-162.

SOUSA, Ricardo Real Pedrosa De. **External Interventions and Civil War Intensity in South-Central Somalia (1991-2010)**. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, [S. l.], p. 57-86, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Marcela/Downloads/7981-Texto%20do%20Trabalho-22698-1-10-20160119%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Marcela/Downloads/7981-Texto%20do%20Trabalho-22698-1-10-20160119%20(2).pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

The Peace and Security Council, **African Union**, [s.l.; s.d] Disponível em: <https://au.int/pt/node/34621>. Acesso em: 01 nov. 2022

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013. 240 p. v. 20. ISBN 978-85-326-4526-5

Williams, P.D., 2013. **The African Union Mission in Somalia and Civilian Protection Challenges**. *Stability: International Journal of Security & Development*, 2(2), p. Art. 39. Disponível em [:https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.bz/](https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.bz/). Acesso: 20 nov.2022

WILLIAMS, Paul D. **Fighting for Peace in Somalia: AMISOM's Seven Strategic Challenges**. *Journal of International Peacekeeping* , Leiden, p. 223-247, 2013. DOI 10.1163/18754112-1704004. Disponível em: <https://www.bancroftglobal.org/wp-content/uploads/2014/06/AMISOM-Strategic-Challenges-JOUP-20131.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022

WILLIAMS, Paul D. **Special Report: How Many Fatalities Has the African Union Mission in Somalia Suffered?**. IPI Global Observatory, [s. l.], 10 set. 2015. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2015/09/amisom-african-union-somalia-peacekeeping/>. Acesso em: 21 nov. 2022